

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ADMINISTRAÇÃO E
IMOBILIÁRIAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA NADYA CRUZ COSTA

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO
INSTRUMENTO DE ANÁLISE GERENCIAL: um estudo de caso em
empresas do setor elétrico do Nordeste listadas na [B] ³

SÃO LUÍS
2019

MARIA NADYA CRUZ COSTA

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE GERENCIAL: um estudo de caso em empresas do setor elétrico do Nordeste listadas na [B]³.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Eugenia Rodrigues Araujo

São Luís
2019

Costa, Maria Nadya Cruz.

A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de análise gerencial : um estudo de caso das empresas do setor elétrico do Nordeste listadas na B 3 / Maria Nadya Cruz Costa. - 2019.

67 f.

Orientador(a): Maria Eugenia Rodrigues Araujo.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Demonstração do Valor Adicionado. 2. Distribuição de Riqueza. 3. Setor Elétrico. I. Araujo, Maria Eugenia Rodrigues. II. Título.

MARIA NADYA CRUZ COSTA

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE GERENCIAL: um estudo de caso em empresas do setor elétrico do Nordeste listadas na [B]³

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Eugenia Rodrigues Araujo (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Examinador

Prof. Me. Rui Alves de Andrade

Universidade Federal do Maranhão

Examinador

Prof. Me. Francisco Gilvan Lima Moreira

Universidade Federal do Maranhão

Ofereço este trabalho ao meu bondoso Deus, e aos meus guerreiros, mãe e pai.

AGRADECIMENTOS

Ao meu grande Deus, por ter me segurado em seus braços por tantas vezes, e por ter me dado força e sabedoria para continuar.

A minha mãe, Nilce Cruz, por sempre estar comigo e ser o meu maior exemplo de mulher, de mãe e o meu maior motivo para sempre querer seguir em frente.

A meu pai, Nonato Costa, por ter sempre acreditado em mim e por todo apoio nos momentos de dificuldades.

Aos meus familiares, por sempre acreditarem em mim e por toda a história que compartilhamos.

A esta Universidade e seu corpo docente, que oportunizaram de forma direta a realização desse sonho.

A minha professora e orientadora, Maria Eugenia Rodrigues Araujo, por ser uma professora tão doce e atenciosa com os discentes desta Instituição.

Aos meus amigos Adriana Melo e Leandro pela parceria e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos colegas de curso que de alguma forma, disponibilizaram auxílio nas dificuldades encontradas durante o percurso.

Por fim, sou grata a todos que de alguma forma contribuíram para que eu concluísse essa etapa da minha vida.

A todos, muito obrigada!

Tudo posso naquele que me fortalece.

Filipenses 4:13

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a criação e distribuição do valor agregado em empresas do setor elétrico com sede no Nordeste de 2016 a 2018, levando como base os dados presentes nas Demonstrações do Valor adicionado (DVA) das respectivas empresas publicadas no site da Brasil, Balcão, Bolsa [B] ³. A DVA é o informe de natureza contábil que mostra, de maneira simples e didática, os números referentes à riqueza obtida por determinada empresa em certo lapso temporal, além da sua distribuição aos agentes econômicos, dentre eles o governo, pessoal, agentes financiadores e investidores. Na pesquisa também, buscou-se evidenciar a relevância da DVA em outras áreas, relacionando este demonstrativo à questão gerencial, econômica e social. Com a finalidade de atingir os objetivos pretendidos foi utilizada a pesquisa descritiva, onde através da análise dos dados das DVA das empresas elétricas analisadas, obteve-se o resultado. Com esta pesquisa, verifica-se que as empresas do setor elétrico analisadas, distribuem a maior parte do montante de seus valores adicionados para o governo, através de impostos, taxas e contribuições. E, de forma oposta, a menor distribuição do valor adicionado dessas empresas vai para empregados.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Setor Elétrico. Distribuição de Riqueza.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the creation and distribution of added value in companies in the electricity sector based in the Northeast from 2016 to 2018, based on the data present in the Value Statements added (DVA) of the respective companies published in the website from Brazil, Counter, Bolsa [B] 3. DVA is the accounting report that shows, in a simple and didactic way, the numbers referring to the wealth obtained by a given company in a certain temporal lapse, in addition to its distribution to economic agents, including the government, employees, agents funders, investors and partners. In the research also, we sought to evidence the relevance of VAD in other areas, relating this statement to the managerial, economic and social issue. In order to achieve the desired objectives, descriptive research was used, being from the point of view of experimental technical procedures by using the DATA of the DVA published by publicly traded electrical companies. With this research, it is verified that the companies in the electricity sector analyzed, distribute most of the amount of their amounts added to the government, through taxes, fees and contributions. And, conversely, the lower distribution of the added value of these companies goes to employees.

Keyword: Value Added Statement. Electric Sector. Wealth Distribution.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL.....	20
Quadro 2 - Modelo de ISI para empresas.....	24
Quadro 3 - Modelo de ISE para empresas	25
Quadro 4 - Modelo de ISA para empresas	27

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema de Energia Elétrica	31
Figura 2 - Relação Consumo/Governo/Agentes Reguladores.....	32
Figura 3 - Diagrama das Instituições do Setor Elétrico Brasileiro	32
Figura 4 - Sistema Interligado Nacional (SIN).....	33
Figura 5 - Fontes de Energias Renováveis	34
Figura 6 - Gráfico da distribuição do montante dos valores adicionados em empresas do Setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018	39
Figura 7 - Gráfico comparativo da distribuição do valor adicionado de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Geração do valor adicionado das empresas nordestinas do setor elétrico de 2016, 2017 e 2018	37
Tabela 2 - Montante dos valores adicionados totais distribuídos de 2016 a 2018	39
Tabela 3 - Variação relativa do valor adicionado de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018	41
Tabela 4 - Riqueza gerada pela empresa Celpe (2016 - 2018).....	42
Tabela 5 - Distribuição do valor adicionado da empresa Celpe (2016 – 2018)	42
Tabela 6 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Celpe (2016 -2018).	42
Tabela 7 - Riqueza Gerada pela empresa Coelba (2016 - 2018)	43
Tabela 8 - Distribuição do valor adicionado da empresa Coelba (2016 - 2018).....	43
Tabela 9 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Coelba (2016 a 2018).....	44
Tabela 10 - Riqueza gerada pela empresa Itapebi (2016 - 2018)	44
Tabela 11 - Distribuição do valor adicionado da empresa Itapebi (2016 - 2018)	45
Tabela 12 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Itapebi (2016 -2018)	45
Tabela 13 - Riqueza gerada pela empresa Cemar (2016 - 2018).....	45
Tabela 14 - Distribuição do valor adicionado da empresa Cemar (2016 - 2018).....	46
Tabela 15 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Cemar (2016-2018).....	46
Tabela 16 - Riqueza gerada pela empresa Termope (2016 - 2018).....	47
Tabela 17 - Distribuição do valor adicionado da empresa Termope (2016 - 2018).....	47
Tabela 18 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Termope (2016 -2018) ...	47
Tabela 19 - Riqueza gerada pela empresa Coelce (2016 - 2018)	48
Tabela 20 - Distribuição do valor adicionado da empresa Coelce (2016 - 2018)	48
Tabela 21 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Coelce (2016 - 2018)	49
Tabela 22 - Riqueza gerada pela empresa Cosern (2016 - 2018).....	49
Tabela 23 - Distribuição do valor adicionado da empresa Cosern (2016 - 2018)	49
Tabela 24 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Cosern (2016 – 2018)	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANEEL– Agência Nacional de Energia Elétrica

[B]³– Brasil, Balcão, Bolsa

BP – Balanço Patrimonial

CEMPRE- Cadastro Central de Empresas

CFC– Conselho Federal de Contabilidade

CPC–Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DVA– Demonstração do Valor Adicionado

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DFC –Demonstração dos Fluxos de Caixa

DLPA – Demonstrações de Lucros ou Prejuízos do Período

DMPL– Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS – International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Informação Financeira)

PIB- Produto Interno Bruto

PNB- Produto Nacional Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo geral	15
1.1.2 Objetivos específicos	15
1.2 Justificativa	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Demonstração do Valor Adicionado	18
2.1.1 Conceitos introdutórios	18
2.2 Aspectos gerenciais da Demonstração de Valor Adicionado	19
2.3 A importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado como Indicadores Sociais	22
2.3.1 Indicadores Sociais Internos (ISI)	24
2.3.2 Indicadores Sociais Externos (ISE)	25
2.3.3 Indicadores Sociais Ambientais.....	26
2.4 A obrigatoriedade da Divulgação da Demonstração do Valor Adicionado conforme exigência da Lei 11.608/2007.	27
2.5 A importância da Demonstração do Valor Adicionado no cálculo do PIB	29
2.6 O Setor elétrico brasileiro e apresentação das empresas do setor elétrico com sede no Nordeste e suas respectivas contribuições no desenvolvimento dos Estados	30
2.6.1 O que é o Setor Elétrico?	31
2.6.2 Empresas atuantes no Setor Elétrico do Nordeste	34
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 Enquadramento metodológico.....	36
3.2 População e amostra	36
3.3 Procedimentos metodológicos.....	36
4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA.....	37
4.1.1 Montante da geração do valor adicionado de todas as empresas nordestinas do setor elétrico de 2016 a 2018.....	37
4.1.2 Distribuição do montante do valor adicionado de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018.....	39
4.1.3 Análise da variação do valor adicionado de cada empresa de 2016 a 2018	41

4. 2 Análise da geração e distribuição do valor adicionado por empresa (análise individual de cada empresa).....	42
4.3 Resultados da pesquisa	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A - MÉDIA ANUAL DAS RIQUEZAS GERADAS PELAS EMPRESAS ELÉTRICAS DO NORDESTE EM 2016, 2017, 2018.....	57
APÊNDICE B - DVA DA EMPRESA CELPE ANO 2018, 2017 e 2016	58
APÊNDICE C - DVA DA EMPRESA COELBA ANO 2018, 2017 e 2016	59
APÊNDICE D - DVA DA EMPRESA ITAPEBI ANO 2018, 2017 e 2016.....	60
APÊNDICE E - DVA DA EMPRESA CEMAR ANO 2018, 2017 e 2016	61
APÊNDICE F - DVA DA EMPRESA TERMOPE ANO 2018, 2017 e 2016.....	62
APÊNDICE G - DVA DA EMPRESA COELCE ANO 2018, 2017 e 2016	63
APÊNDICE H - DVA DA EMPRESA COSERN ANO 2018, 2017 e 2016	64
APÊNDICE I – Modelo de DVA para Instituições Bancárias.....	65

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a distribuição do valor adicionado das empresas do setor elétrico com sede nos estados do nordeste.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) ano 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região Nordeste possuía no ano de 2017 em termos absolutos 858.361 empresas, o que representa em termo relativos 15,5% das empresas em seu território, ocupando a terceira posição na quantidade de empresas locais em comparação a outras regiões. Ficando atrás apenas da região Sudeste, que possuía em seu território 2,8 milhões das unidades locais, ou em termos absolutos 50,5%, e da região Sul com um resultado de 22,2% das unidades locais.

A região Nordeste, geograficamente, por ser um importante polo de geração de energia, atrai para o seu território grandes empresas de geração, distribuição e comercialização do setor elétrico, sendo a maioria empresas de capital aberto e que conseqüentemente divulgam as suas demonstrações contábeis, incluindo a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Considerando a relevância deste setor na região e a constante necessidade dos usuários das demonstrações contábeis, tanto os internos, representada pelos próprios gerentes e funcionários; quanto os externos, que fazem parte o governo e a sociedade em geral. Este estudo é importante por informar, através dos dados presentes nas DVA e utilizando-se de técnicas de análise, a respeito tanto da geração quanto da distribuição dos valores adicionados pelas empresas analisadas, o que conseqüentemente, demonstra a contribuição dessas organizações no ambiente no qual está inserida.

O setor elétrico no Nordeste, é um dos setores que apresenta a maior geração da riqueza do Estado, e utilizando-se dos informes presentes na DVA, tem-se como questão de pesquisa responder o seguinte questionamento: qual a participação dos Empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Lucros dos Sócios e Acionistas na distribuição do montante dos valores adicionados das empresas do setor elétrico nos últimos 3 anos (2016-2018)?

Para a execução deste trabalho, pretende-se desenvolver os seguintes procedimentos, a pesquisa bibliográfica, utilizando-se da análise dos dados das Demonstrações do Valores Adicionados publicadas pelas empresas do setor analisado disponíveis no site da empresa de infraestrutura de mercado de capitais Brasil, Bolsa, Balcão [B]³. E pesquisas feitas através de livros, trabalhos acadêmicos publicados em revistas da área contábil, leis e normas direcionados a área contábil, e a comparação de dados coletados previamente, dentre outros.

O trabalho contará com uma estrutura de 4 (quatro) seções, a introdução, seguidos do referencial teórico, os procedimentos metodológicos e a análise e os resultados obtidos e por fim, será apresentada a conclusão do trabalho.

A partir da questão da pesquisa acima expostos, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos, que serão apresentados a seguir.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Conhecer, através dos dados presentes nas Demonstrações dos Valores Adicionados de empresas do setor elétrico, a parcela que foi distribuída aos agentes econômicos (empregados, governo, financiadores e acionistas), que são os beneficiários do montante da riqueza criada pelas empresas do setor elétrico do Nordeste, listadas no sistema de capitais financeiros da Brasil, Bolsa, Balcão [B]³ entre os anos de 2016 a 2018.

1.1.2 Objetivos específicos

Estudar a importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado como ferramenta gerencial;

Evidenciar a importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado como indicadores sociais;

Analisar os resultados obtidos, tanto na abordagem geral quanto de forma individual, comparando tanto a geração quanto a distribuição do valor adicionado das empresas do setor elétrico nos anos de 2016,2017 e 2018.

1.2 Justificativa

Atualmente, a sociedade necessita de informações fidedignas que demonstrem o comprometimento empresarial de cada organização ao ambiente no qual está inserida. Assim, como os gestores necessitam de informações que permitam conhecer o ambiente empresarial, o que pode auxiliar nas suas tomadas de decisões futuras e que conseqüentemente afetam diretamente a saúde empresarial.

Justamente por isso a Contabilidade implementou uma ferramenta que possibilita a verificação dessas informações, para que fossem solucionadas as necessidades apresentadas, perpassando o cerne econômico, empresarial e também o contexto social. Fruto desta necessidade, surgiu a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), que desde o seu surgimento vem se mostrando uma importante aliada e de relevante utilidade, tanto as questões sociais, quanto as questões econômicas e também empresariais.

Para Dos Santos (2007), a DVA demonstra sua relevância por possibilitar uma análise sistemática dos dados da empresa, que sendo retrabalhados pode informar aos usuários da contabilidade, informações que em nenhuma hipótese poderia ser alcançada pelas demonstrações tradicionais que a contabilidade hoje oferece. Ainda de acordo com o autor, este demonstrativo contábil serve para derrubar mitos, pois a possibilidade de conhecimento da geração da riqueza das empresas, assim como a distribuição da riqueza agregada permite que os usuários das informações contábeis vislumbrem os agentes econômicos que mais contribuíram para agregar valor, assim como os principais beneficiários da distribuição da riqueza gerada.

Com a promulgação da Lei 11.638/07, que introduziu alterações na Lei 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas, a DVA se tornou obrigatória no Brasil para todas as empresas de capital aberto. Dessa forma, todas as empresas de capital aberto, ou seja, todas aquelas companhias com fins lucrativos e que tem seu capital social dividido por ações, devem fazer a publicação dessa demonstração contábil.

Conforme enfatiza Marion (2012), as empresas que fazem a abertura do Capital, possibilitam investimentos tanto de natureza pequena, quanto aqueles de cunho vultosos. Sendo assim, a análise das Demonstrações contábeis, revelam-se de grande importância e utilidade para auxiliar na tomada de decisões, por possibilitar que através da análise dos dados deste demonstrativo contábil, os usuários da contabilidade sejam capazes de fazer a escolha de empresas mais bem-sucedidas.

Os benefícios que as empresas podem trazer aos lugares nos quais se instalam é grande, trazendo mais renda para a população, mais destinações para manter a máquina pública, através dos tributos e atraindo investimentos. Nesse contexto, a DVA é um importante instrumento de auxílio por expor de forma sistemática as contribuições das empresas de forma regionalizada, dessa forma, todos aqueles que se beneficiam desse sistema de informação, como os próprios gestores, o governo e a sociedade, tomam conhecimento dos benefícios que cada empresa está agregando a cada região.

Considerando os motivos já expostos, essa pesquisa justifica-se por buscar analisar de que forma o montante do valor adicionado de empresas do setor elétrico foi distribuído aos agentes econômicos, o que consequentemente auxilia no desenvolvimento do Estado. E pode servir como base para auxiliar aos gestores na tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstração do Valor Adicionado

2.1.1 Conceitos introdutórios

Atualmente, na sociedade capitalista, a empresa é um personagem social, compondo aspectos essenciais, uma vez que é um agente de economia com a finalidade de produzir riqueza, porém com responsabilidades com a comunidade (DE LUCA, 1998).

Destarte as empresas devem informar a sociedade a forma como estão agregando valor ao ambiente em que está inserida, uma das ferramentas que podem ser utilizadas para informar aos interessados nessas informações é através da DVA.

Segundo Moura (2013), a DVA é uma demonstração contábil que evidencia a quantidade de riqueza criada por uma empresa num determinado período, pelos seus fatores de produção, assim como a quantidade e a forma da distribuição desses valores entre o e governo, os funcionários, e os agentes de capital (próprio e de terceiros).

Dessa forma, a DVA tem por finalidade informar aos interessados a riqueza adicionada por cada empresa e como ela distribuiu o que foi adicionado entre os setores contribuintes, direta ou indiretamente, nessa agregação.

Sobre a relevância que essa demonstração possui, Iudícibus et al. (2013) enfatiza as principais:

- analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- fornecer as informações sobre as remunerações obtidas por cada agente econômico (pessoal, governo, financiadores, sócios e acionistas);
- auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, estado ou país em que se encontra instalada.

Neste contexto, várias dessas utilidades da Demonstração do Valor Adicionado serão abordadas de forma detalhada neste estudo, onde busca-se enfatizar o valor desse importante instrumento na sociedade, na economia e no enfoque gerencial, como pode ser observado adiante.

2.2 Aspectos gerenciais da Demonstração de Valor Adicionado

De acordo com Kotler e Armstrong (2007, p.71) “empresas inteligentes encorajam seus gerentes a olhar além do que o sistema regulatório permite e a “fazer a coisa certa”.

A contabilidade tem a responsabilidade de harmonizar a relação empresarial com a comunidade, que é a que possui os recursos do meio, sendo do ambiente ou humano, no geral (SANTOS, 2007).

São através dos dados das demonstrações contábeis, elaborados pelo contador, de acordo com as normas e preceitos contábeis, que os gestores possuem informações fidedignas que auxiliam na tomada de decisão. Pois, através desses dados, são extraídos por meio de técnicas de análise econômica e financeira das demonstrações contábeis, informações que servem de auxílio nas tomadas de decisões (BERTI e SAVI, 2012).

Nesse contexto, para a consecução dos seus objetivos, a Contabilidade, utiliza-se de um dos seus produtos dos sistemas contábeis, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Um demonstrativo contábil que atua como o elo entre todos os usuários e as informações da participação de cada entidade ao ambiente no qual está inserida.

No contexto gerencial a DVA é uma preciosa ferramenta, que auxilia o gestor a tomar as melhores decisões. Berti e Savi (2012), enfatiza que a utilização da DVA como uma ferramenta gerencial e relevante no setor de consultoria empresarial pode ser assim resumida:

- como um indicador de desempenho na geração de riqueza ao medir o desenvolvimento e a eficiência da empresa;
- como um indicador de desempenho social, devido a evidenciar a distribuição da riqueza gerada pela entidade.

De acordo com Padoveze (2010), a DVA tem forte cunho gerencial, pois, através dela pode-se identificar as estruturas básicas de custos da empresa. E adequando as informações pertencentes a ela, pode-se conhecer a participação de materiais, salários, encargos sociais, impostos, despesas e depreciações. Sendo gerencialmente relevantes essas informações por permitirem a comparação entre as estruturas de custos da empresa, do setor e da concorrência.

Ainda para Santos (2007), a DVA deve ser vista como a maneira mais eficiente gerada pela Contabilidade para ajudar na aferição e demonstração do poder de criação, tal como de distribuição da riqueza de uma organização. Ela atua como um meio informativo que proporciona aos usuários das informações, o conhecimento de que forma a empresa agregou

valor e de forma bem sistemática, esclarece, como foi distribuído o valor agregado aos setores da sociedade, divididos entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais próprios e remuneração de capitais de terceiros.

Assim, Moura define os usuários das informações contábeis como todos aqueles que possuem interesses, tanto de forma direta quanto indireta, nas informações que lhe permitam avaliar a situação e a evolução da empresa, podendo esse interessado, ser pessoa física ou jurídica (MOURA, 2013).

A Demonstração do Valor Adicionado tem natureza de demonstrativo contábil, que para sua composição deve ter as suas informações extraídas da contabilidade, que evidencia as informações do valor da riqueza adicionada pela empresa em determinado período e a forma como ocorre a sua distribuição (SANTOS; MEIRELLES, 2012).

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA), no Brasil, não possuía caráter obrigatório, até o ano de 2009, sendo sua publicação incentivada pelos principais agentes de controle e regulação da área contábil, dentre eles a CVM e o CFC.

Conforme sugestão do CPC 09, existem três modelos de DVA, o modelo I, indicado para Empresas em geral, o qual será relevante para o desenvolvimento deste estudo, o modelo II para Instituições Bancárias e o modelo III, indicado para empresas Seguradoras.

Abaixo, está o exposto o modelo de Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral. Esse modelo pode ser produzido por empresas prestadoras de serviços e entidades mercantis, divididas em empresas comerciais e industriais, pois traz no ínterim aspectos básicos para o cálculo deste tipo de agregação.

Quadro 1- Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X2
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)		
1.3) Não operacionais		

2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos –ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1) Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1) Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Fonte: CPC 09, 2009.

Ainda, de acordo com o CPC – 09, é tácito expressar, neste tomo os conceitos do Pronunciamento, in expositis:

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade. Receita de venda de mercadorias, produtos e serviços representa os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período. Outras receitas representam os valores que sejam oriundos, principalmente, de baixas por alienação de ativos não-circulantes, tais como resultados na venda de imobilizado, de investimentos, e outras transações incluídas na demonstração do resultado do exercício que não configuram reconhecimento de transferência à entidade de riqueza criada por outras entidades. Diferentemente dos critérios contábeis, também incluem valores que não transitam pela demonstração do resultado, como, por exemplo, aqueles relativos à construção de ativos para uso próprio da entidade (conforme item 19) e aos juros pagos ou creditados que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de longo prazo (normalmente, imobilizados). No caso de estoques de longa maturação, os juros a eles incorporados deverão ser destacados como distribuição da riqueza no momento em que os respectivos estoques forem baixados; dessa forma, não há que se considerar esse valor como outras receitas (FACPC, 2008).

Destarte, a DVA estrutura-se para ser relacionada com base na Demonstração do Resultado do período determinado. Por isso, existe uma ligação maior entre as duas demonstrações. Tal vínculo funciona como sustentação da coesão entre elas. Por conseguinte, também possui uma projeção com a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Acerca da importância da DVA no relacionamento de multinacionais e os países que hospedam capital estrangeiro faz-se a relação:

Há muitas vantagens em se apresentar a Demonstração do Valor Adicionado de uma empresa multinacional em um país que a hospeda. As vantagens apoiam-se no fato de que essa demonstração oferece à empresa multinacional a oportunidade de apresentar sua contribuição a esse país. A empresa multinacional pode utilizar essa demonstração para estabelecer o interesse da comunidade e de seus legisladores num país qualquer (RAHMAN APUD SANTOS, 1999).

Nesse sentido, porém, relacionando a questão regional, serão abordadas posteriormente neste trabalho, as contribuições dessas empresas na economia do estado Nordeste. Assim, como a relação dessa ferramenta com a questão social, que pode ser compreendido adiante.

2.3 A importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado como Indicadores Sociais

A transparência a respeito da responsabilidade social empresarial tem aumentado substancialmente nas últimas décadas. A Demonstração do Valor Adicionado é bastante

utilizada nas questões empresariais, e, no que tange à natureza dos Indicadores Sociais, também possui evidência.

Considerando o exposto no sítio do portal de contabilidade, os benefícios para as empresas que gerenciam os indicadores sociais e acrescentam às ações empresariais uma carga de responsabilidade social, como contraprestação aos recursos que utilizam do ambiente para produção dos seus bens e serviços, vão muito além do lucro, abrangendo diversas vantagens como - aumento de produtividade de seus empregados, fortalecimento da sua imagem institucional ou marketing social, atração de um maior número de investidores para as empresas que possuem capital aberto e o aumento da sua fatia de participação no mercado.

Através das demandas sociais referentes a expansão dos conteúdos informacionais, principalmente no que se refere ao financeiro e de patrimônio, vem sido mesclado com propostas de cunho social, pois antigamente a empresa buscava simplesmente o lucro, todavia com as mudanças culturais, todas as instituições privadas devem propiciar formas de realizar ações sociais; e, por isso, surgiu o Balanço Social, que apresenta a transparência empresarial e as responsabilidades sociais da organização.

O sítio da empresa América Latina Logística ressalta a importância desta responsabilidade:

O crescimento da empresa está ligado diretamente ao bem-estar de seus colaboradores e das comunidades de seu entorno. Ser uma empresa cidadã é, no nosso entendimento, muito mais do que simplesmente fazer doações. A responsabilidade social deve estar no cerne das nossas operações, para assegurar nosso negócio e os empregos a ele vinculados. As ações em Responsabilidade Social Empresarial da ALL são baseadas em quatro pilares: colaboradores, comunidade, voluntariado e cultura (ALL, 2009).

De acordo com Dos Santos (2007), o Balanço Social surgiu na Europa, mais precisamente na Europa ocidental, onde teve como principais influenciadores os países que possuem a maior parte das indústrias da Europa, Alemanha, França e Inglaterra, por serem países que remetem às questões sociais e ambientais grande relevância.

O Balanço Social expressa de forma cristalina as políticas fomentadas pela organização e quais as consequências diretas nos valores patrimoniais da mesma, isto é, o quanto de seus recursos a empresa gastou com ações voltadas para o cunho social (KROETZ, 2000).

Inicialmente, a Demonstração do Valor Adicionado fazia parte meramente do Balanço Social, todavia, atualmente, com o desenvolvimento de seus conceitos, a DVA é mais do que

isso, tornou-se um complemento ao BS, uma vez que denota a riqueza gerada pela instituição e a divisão entre os envolvidos na geração dela.

Desse modo, unindo a DVA com o Balanço Social, a empresa evolui intrínseca e extrinsecamente, uma vez que externamente, contribui para melhoria da sociedade, – o que gera respaldo legal e prestígio – e internamente será visível no crescimento individual de cada um dos seus funcionários e envolvidos com a geração da riqueza (TINOCO, 2001).

2.3.1 Indicadores Sociais Internos (ISI)

No que tange aos Indicadores Sociais propriamente ditos, a DVA, aparentemente, poderia não se encaixar neste contexto de demonstração técnica, todavia, a mesma em seu papel de avaliar a geração e distribuição da riqueza das organizações possibilitam a visualização dos incentivos propiciados, como por exemplo, incentivos fiscais, além de haver a verificação nas partes distribuídas socialmente. Na doutrina jurídico – contábil, já é discutida a criação de um espaço/linha na DVA para investimentos ambientais e sociais (FREGONESI, 2009).

Caso isso acontecesse, ficaria mais evidenciada a participação da empresa nos projetos sociais, uma vez que teriam de estabelecer notas explicativas dos mesmos, detalhes de investimento, quais os agentes parceiros, quais parcelas da riqueza foram repassadas para o social e, assim, poderiam ser acompanhadas e fiscalizadas melhor pela sociedade, o que seria positivo para o seu conceito.

Os Indicadores Sociais dividem-se, principalmente, em Internos, Externos e Ambientais. Os Indicadores Sociais Internos (ISI) são aqueles que evidenciam como a empresa tem investido no seu capital humano, nas melhores condições de trabalho e na promoção de seu pessoal, como por exemplo, educação, segurança no trabalho, saúde, previdência, entre outros (TORRES e MANSUR, 2008).

O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) conceitua os ISI, dando um modelo geral para as organizações trabalharem estes aspectos, uma vez que considera que os Indicadores Sociais Internos são de extrema importância, por influência na qualidade de vida dos funcionários e seus dependentes, em todos os aspectos (IBASE, 2005).

A seguir, está o modelo de quadro demonstrativo de Indicadores Sociais internos de uma empresa:

Quadro 2 - Modelo de ISI para empresas

Indicadores Sociais Internos	20XX	20XX-1
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Alimentação	0	0
Encargos sociais compulsórios	0	0
Previdência privada	0	0
Saúde	0	0
Segurança e saúde no trabalho	0	0
Educação	0	0
Cultura	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0
Creches ou auxílio-creche	0	0
Participação nos lucros ou resultados	0	0
Outros	0	0
Total - Indicadores sociais internos	0	0

Fonte: IBASE, 2003.

2.3.2 Indicadores Sociais Externos (ISE)

No que concerne aos Indicadores Sociais Externos (ISE), o Instituto em tela aprimora a definição, propondo que os ISE são aqueles que demonstram os investimentos das empresas na comunidade em que estão inseridas. Quando uma organização vai para determinado local, é tácito que gera uma esfera diferente, um ambiente onde serão ofertadas mais oportunidades de emprego e de melhoria em todos os aspectos da comunidade, tais como habitação, cultura, lazer, esportes, incentivos por parte do governo municipal, estadual e mesmo federal, além de encargos tributários originados pela empresa nos três âmbitos (IBASE 2005).

Quadro 3 - Modelo de ISE para empresas

Indicadores Sociais Externos	20XX	20XX-1
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Educação	0	0
Cultura	0	0
Saúde e saneamento	0	0
Esporte	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0
Outros	0	0
Total das contribuições para a sociedade	0	0
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0
Total - Indicadores sociais externos	0	0

Fonte: IBASE, 2003.

Enfim, os Indicadores Sociais Externos correspondem a duas modalidades específicas, como sugere o quadro: a primeira é aquela que relaciona as contribuições empresárias para a comunidade, tais como educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, outros; a segunda determina o quanto a empresa teve de gastar em tributos (exceto encargos sociais), tais como taxas e impostos ao governo.

2.3.3 Indicadores Sociais Ambientais

Além destes indicadores (internos e externos), existem os Indicadores Sociais Ambientais, que são aqueles que são demonstrados com a finalidade de expressar o quanto a empresa investiu para reduzir os danos ao meio ambiente, principalmente aquelas organizações de serviços e processos físicos, químicos e biológicos.

Destarte, não se assenta somente nesta definição, como também repercute na questão das metas ambientais, como quando a empresa define metas no setor ambiental, investindo em projetos deste fito.

Os Indicadores ambientais são formados por investimentos na produção (monitoramento e controle de qualidade, incentivos a combustíveis e processos que não poluem o ambiente, auditorias de ambiente, educação ambiental aos empregados e condutas ambientais na própria organização); além disso, existem os gastos da empresa com projetos de cunho externo (conservar recursos do meio ambiente, ecologia, estudo ambiental para a sociedade em que está inserida a empresa, despoluição).

Vale ressaltar que tais análises foram influenciadas pela Teoria Institucional que se aplica à Contabilidade, que aborda estes conceitos oriundos da política, economia e sociologia, enfatizando na gênese das instituições, o seu comportamento e pressupostos (FREZZATI, 2009).

Contudo, é certo que as corporações brasileiras como um todo, a partir do final do século XX até os dias de hoje, tem evoluído em sua responsabilidade social, e isso que, anteriormente era ignorado, inclusive, por teóricos da área contábil e administrativa, provou acarretar consequências de evolução social e empresarial, e tais práticas de divulgação aumentaram por parte dos usuários, em especial, os relatórios de Balanço Social e Demonstração de Valor Adicionado.

No demonstrativo dos Índices Sociais Ambientais da empresa, de acordo com o IBASE (2005) são visualizados: investimentos relacionados com a produção/operação da empresa; investimentos em programas e/ou projetos externos; total dos investimentos em meio ambiente;

e quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

Quadro 4 - Modelo de ISA para empresas

Indicadores Ambientais	20XX Valor (Mil reais)	20XX-1 Valor (Mil reais)
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	0	0
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

Fonte: IBASE

2.4 A obrigatoriedade da Divulgação da Demonstração do Valor Adicionado conforme exigência da Lei 11.608/2007.

A DVA foi inserida pela Lei 11.638/2007, no conjunto de demonstrações financeiras que as companhias abertas devem publicar ao final de cada exercício social, estando, portanto, sujeita a todas as regras de aprovação.

Esta legislação nacional disserta sobre a alteração e revogação de dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e extensão às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

De acordo com a referida Lei, *in expositis*:

Art. 1º Os art. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:
Artigo 176. (...)

(...)
IV-demonstração dos fluxos de caixa; e
se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
(...)

§ 2º (Revogado).” (NR)
Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado
Artigo 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:
I - demonstração dos fluxos de caixa - as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos (...) (BRASIL, 2007).

No inciso II do referido artigo 188, desta lei, afirma que em DVA tem de haver a constatação do numerário da riqueza originada pelo empreendimento, sua forma de distribuir entre os agentes contribuintes para tal geração, assim como acionistas, financiadores, servidores e empregadores, tal como a parte que não se distribuiu, isto é, foi acumulada (BRASIL, 2007).

No Geral, houve muitas mudanças na área contábil a partir da vigência desta Lei. Além das demonstrações financeiras já anteriormente previstas (balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e demonstração do resultado do exercício), inova a lei ao exigir: demonstração dos fluxos de caixa e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. Foi substituída a demonstração das origens e aplicações de recursos.

A nova lei dispõe que a demonstração do resultado do exercício discriminara, entre outras informações, as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizam como despesa.

A partir da obrigatoriedade de se estabelecer a Demonstração de Valor Adicionado, por meio do dispositivo legal n.º 11.638/2007, as verificações de informações tornaram-se tangíveis, ou seja, trouxe mais transparência, pois anteriormente muitos dados passavam despercebidos e isso facilitava muitas ações de cunho criminoso, pois um dado é tido como importante caso tenha correlação com os valores de mercado da organização (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001).

Tal obrigatoriedade é extremamente importante pois, antes de 2007, o Brasil possuía poucos estudos acerca da DVA, atualmente, constitui ferramenta essencial para prestar informações aos interessados, mesmo não sendo obrigatória para companhias abertas internacionalmente.

No país, esse avanço na área contábil proporcionou aos usuários tanto internos quanto externos muitos benefícios porque a partir disso puderam estar mais ativos durante o processo empresarial ao qual estão, de certo modo, inseridos, podendo auditar e, por vezes, até controlar as ações as consequências destas.

Como esses dados possibilitam a evidência dos gastos com pessoal, taxas, agentes, acionistas, financiadores, ressalta-se a percepção de como a instituição está agindo em relação ao social e ao econômico nos locais em que está estabelecida.

Há de se falar que a normatização da DVA é importante porque fomenta a relevância da informação contábil, pois o usuário altera seus conhecimentos da empresa e soluciona seus problemas com mais eficiência, estabelecendo padrões e critérios mais rigorosos, com base em situações passadas, e podendo assim respaldar suas atitudes no presente.

Nesse contexto, surge a discussão dessa supracitada relevância contábil, principalmente, em ambientes que ocorrem transformações. O analista e auditor, de uso da DVA, em cenário histórico da empresa, pode diagnosticar diversas nuances e aplicar soluções para efeitos imediatos e mesmo posteriores.

Por isso foi um progresso nacional a normatização da DVA através da Lei n.º 11.638/2007, pois inovou na contabilidade, em nível de informação contábil, e é bastante nocivo não haver esse tipo de demonstração.

No entanto, desde 1992, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já despertava o interesse nacional em relação a este tipo de demonstração. A lei nivela DVA como uma demonstração de finanças, tal como outras demonstrações, portanto, a sua elaboração deve ser realizada nos parâmetros extraídos da escrituração de contabilidade.

2.5 A importância da Demonstração do Valor Adicionado no cálculo do PIB

A DVA se baseia nas definições da macroeconomia, procurando demonstrar, descartando contagem ambígua, uma vez que dá suporte na questão da análise de contribuição do Produto Interno Bruto (PIB). Tal apresentação sustenta o valor agregado da instituição em baila, em relação aos insumos de outrem, e que são comercializados ao longo de certo lapso temporal.

Há distinções históricas entre os modelos de contabilidade e de economia no cálculo do valor agregado. DVA, no âmbito da Economia, para efeito de Produto Interno Bruto, fundamenta-se em produtividade, ao passo que em esfera contábil, usa-se a receita como fórmula, isto é, na competência analítica.

De acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008:

Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período. Essas diferenças serão tanto menores quanto menores forem as diferenças entre os estoques inicial e final para o período considerado. Em outras palavras, admitindo-se a inexistência de estoques inicial e final, os valores encontrados com a utilização de conceitos econômicos e contábeis convergirão (CVM, 2008).

Em âmbito nacional, o Valor Adicionado pode ser denominado de Valor Agregado, uma vez que estuda o Produto Interno Bruto (PIB) do país, pois esse fenômeno é o que determina o resultado dos produtos e serviços prestados em toda a nação. (DE LUCA, 1998). No que tange, no geral, à macroeconomia, aborda-se:

A DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu Produto Interno Bruto - PIB. (AZEVEDO, 2008, p. 120).

O Produto Interno Bruto, por si só, é um indicador da riqueza de um país para que se realize uma análise do desenvolvimento do mesmo, denotando a soma dos bens e serviços em todo o território nacional e, em casos de extraterritorialidade, que influenciam e são advindos deste; no geral, o PIB parametriza tudo que foi realizado pelos agentes da economia nacional em certa região, em determinado espaço de tempo, enfim, demonstra a riqueza nacional, devendo ser feito sob três nuances: produto, renda e despesa (DE LUCA, 1998).

De acordo com a doutrina contábil, se todas as organizações e agentes que influenciam de algum modo na economia nacional, fizessem sua Demonstração de Valor Adicionado, de forma rigorosa, seria mais prático fazer o cálculo do PIB, uma vez que o PIB seria simplesmente a soma de todos essas DVA. O PIB seria uma espécie de DVA geral.

Contudo, de acordo com a referida Deliberação CVM, a DVA demonstra parcela de contribuição que a empresa tem com a integração do Produto Interno Bruto, destarte, o cálculo do valor adicionado da contabilidade se diferencia ao passo que o PIB fundamento na Economia baseia seu cálculo na formação de receita, ou seja, tendo a competência como princípio.

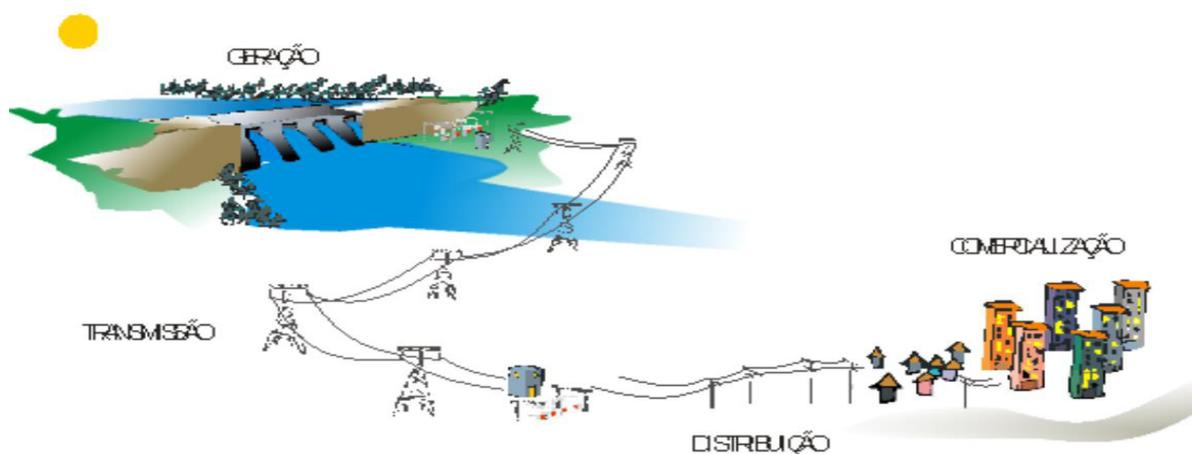
Por isso, existem estudos e tem se tornado cada vez mais recorrente no meio da contabilidade a hipótese de relacionar o cálculo do PIB a Demonstração de Valor Adicionado, e tem se gerado a certeza de que seria até mais apropriada essa situação, pois em DVA tem a informação de perdas e casos depreciados, o que atualmente é calculado em fundamentos aleatórios e que necessitam de uma maior supervisão, enfim, relacionar essas duas ferramentas seria de grande relevância para a Contabilidade e para a Economia, como um todo.

2.6 O Setor elétrico brasileiro e apresentação das empresas do setor elétrico com sede no Nordeste e suas respectivas contribuições no desenvolvimento dos Estados

2.6.1 O que é o Setor Elétrico?

Na sociedade, a energia elétrica é um dos elementos mais importantes, sendo essencial ao desenvolvimento socioeconômico de uma região. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no País, a principal geradora é a hidrelétrica, com 62% da capacidade instalada em operação no Brasil, acompanhada das termelétricas, com 28% deste valor. O resto provém das usinas eólicas e importação da energia de outras nações. A estrutura operacional do setor elétrico no país, pode ser observada abaixo conforme a Figura 1:

Figura 1 - Sistema de Energia Elétrica



Fonte: ANEEL, 2008.

O setor elétrico é um sistema grande e complexo, que envolve diversas organizações que atuam em conjunto para que a energia atinja a demanda, sua estrutura é composta pela geração, transmissão e distribuição da energia. Por não existir possibilidade de estocar a energia, deve-se haver um equilíbrio entre a produção elétrica e a demanda.

O setor elétrico no país é a maior parte interligado através de cabos, o que exige das empresas que atuam nesse setor grandes investimentos, principalmente, pela grande extensão territorial do país. Contudo é um dos setores de maior desenvolvimento econômico e onde situam as maiores empresas do país.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é o órgão responsável pela regulação do setor elétrico nacional. Nascida no final de 1996, é uma autarquia em regime especial que tem vínculo com Ministério de Minas e Energia (MME).

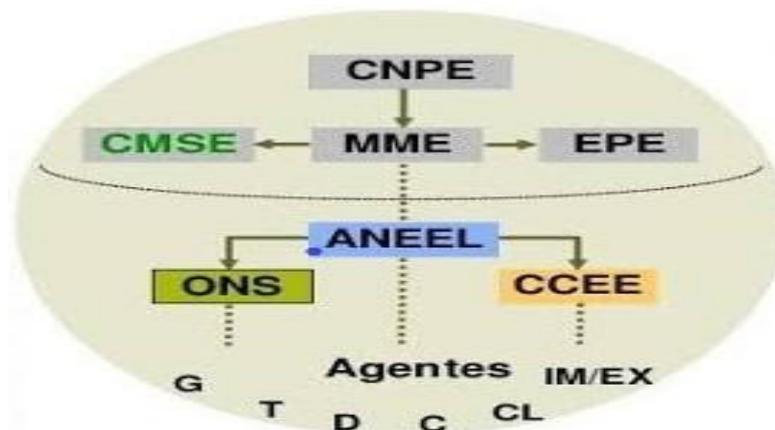
Figura 2 - Relação Consumo/Governo/Agentes Reguladores



Fonte: ANEEL, 2008.

O setor elétrico é considerado de Interesse Público, pois o acesso ao sistema de transmissão é livre e garantido por lei e é legalmente obrigatório que seja compartilhado sua estrutura com todos os consumidores habilitados (TECNOGERA, 2015).

Figura 3 - Diagrama das Instituições do Setor Elétrico Brasileiro



Fonte: ONS, 2010.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) é um órgão que assessoria a Presidência da República e tem como principal função formular políticas e diretrizes de energia que garantam o abastecimento de energia a todas as áreas do país (CCEE).

O Ministério de Minas e Energia (MME) é o órgão do governo federal que conduz as políticas energéticas do país, estabelece o planejamento do setor energético nacional, monitora

a segurança do suprimento e define ações que previnam desequilíbrios entre oferta e demanda (CCEE).

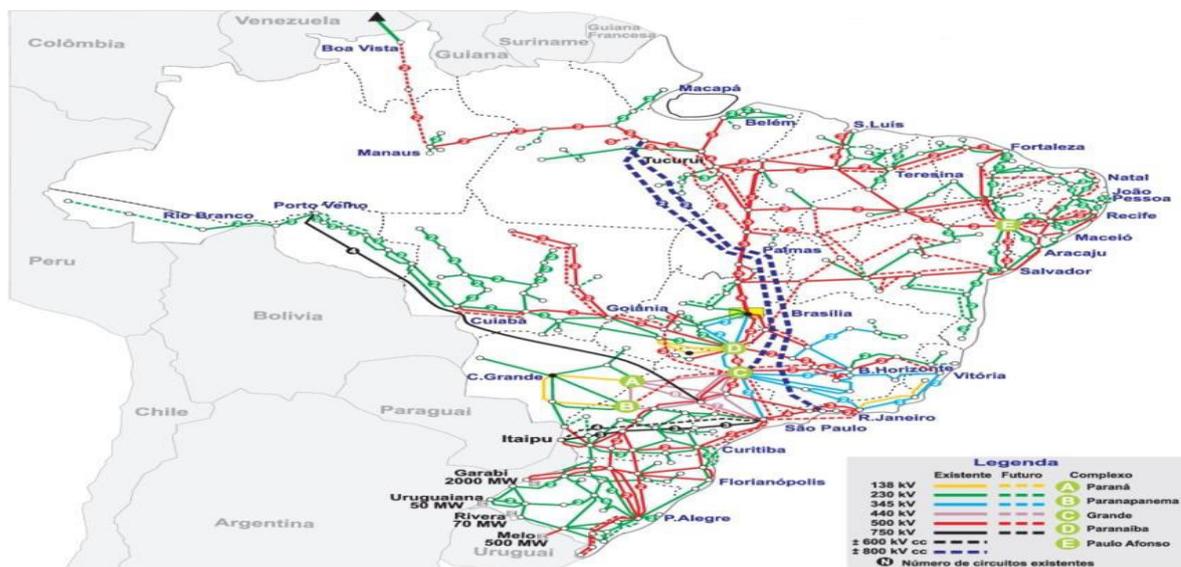
A ANEEL normatiza as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal para o setor elétrico, fiscaliza a prestação do fornecimento de energia elétrica à sociedade e faz a mediação de conflitos entre os agentes do setor. Cabe ainda à ANEEL, mediante delegação do Ministério de Minas e Energia, conceder o direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Além disso, a ANEEL também define as tarifas de energia, de acordo com o que está estabelecido em lei e nos contratos de concessão assinados com as empresas (CCEE).

Também há outros órgãos que se relacionam com o setor elétrico nacional como podem ser vistos na Figura 3, alguns deles criados e valorizados a partir da reforma que aconteceu neste setor em 2003/2004, tais como:

- a) CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico);
- b) EPE (Empresa de Pesquisa Energética);
- c) CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

O Sistema Interligado Nacional é um sistema que conecta as hidrelétricas de todo país, ou seja, em épocas de seca, como exemplo, uma energia que foi produzida no Sul, pode ser aproveitada no Norte do Brasil. Conforme a ONS, o sistema interligado do país é dividido em subsistemas: o Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Norte-Nordeste. A representação do SI pode ser visualizada na Figura 4 a seguir:

Figura 4 - Sistema Interligado Nacional (SIN)



Fonte: ONS, 2016.

No que se refere ao mercado financeiro no setor elétrico, este conta com mais de 20 empresas listadas na bolsa, muitas delas estatais, o setor de energia elétrica está longe de poder ser classificado como simples.

As seções de transmissão, geração e distribuição de energia envolvem riscos e oportunidades diferentes, e as características técnicas do setor podem desorientar investidores de todos os tipos.

2.6.2 Empresas atuantes no Setor Elétrico do Nordeste

Figura 5 - Fontes de Energias Renováveis



Fonte: Brasil Escola, 2019.

O setor elétrico auxilia bastante o desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste, pois nela se encontram os maiores potenciais de fontes renováveis de energia, a eólica, a hídrica e a solar. Dos quase 166GW de potência instalada, praticamente 1/4 (45,8GW) fica no Nordeste (ANEEL, 2019).

Destarte, como ilustrado na Imagem 01, o setor elétrico nacional tem divisão em 3 grupos: Geração, Transmissão e Distribuição, tendo a ANEEL como reguladora do sistema. Abaixo, pode-se conferir algumas empresas atuantes no setor elétrico nordestino e suas devidas participações no setor.

No Nordeste, as principais empresas do setor elétrico com sede no Estado, são:

- a) CELPE (Companhia Energética de Pernambuco);
- b) COELBA (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia);
- c) ITAPEBI (ITAPEBI Geração de Energia S.A – BA);
- d) CEMAR (Companhia Energética do Maranhão);
- e) TERMOPE (Termelétrica de Pernambuco);

- f) COELCE (Companhia Elétrica do Ceará)
- g) COSERN (Companhia Energética do Rio Grande do Norte).

A CELPE, empresa de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco, possui capital aberto, listada na [B]³. Tem permissão para projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição, comercialização e geração de energia. (Notas Explicativas da CELPE, 2018).

A COELBA é uma empresa da concessionária do serviço público, com sede em Salvador – Bahia e que possui a concessão para distribuição de energia para 415 municípios, baianos sua área é de concessão de 563 mil Km², possui capital aberto, também listada na [B]³ (Notas Explicativas da COELBA, 2018).

A ITAPEBI é uma empresa, detentora da concessão federal que construiu e explorou a Usina Hidrelétrica de Itapebi, até o ano de 2017, ano em que explorou 495.380 MW/h. Atualmente, até o ano de 2021 possui contrato de venda de energia com a NC energia. (Notas Explicativas da ITAPEBI, 2018).

A CEMAR, empresa de capital aberto, com sede na cidade São Luís – Maranhão, é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao setor, sua concessão abrange todo o Estado do Maranhão. (Notas Explicativas da CEMAR, 2018).

A TERMOPE S.A, empresa de capital aberto, localizada na cidade de Ipojuca – Pernambuco que tem, por objeto social a transmissão, construção, comercialização dentre outras permissões, no setor de energia elétrica e outros serviços correlatos ao setor no Estado. (Notas Explicativas da TERMOPE, 2018).

A COELCE, é uma empresa de capital aberto registrada na [B]³, é uma concessionária do serviço público do setor, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica nos 184 municípios do Estado do Nordeste. (Notas Explicativas da COELCE, 2018).

A COSERN, empresa de energia elétrica, localizada em Natal - Rio Grande do Norte, possui capital aberto e é listada na [B]³. Ela tem permissão para projetar, construir e explorar, os sistemas de subtransmissão e outras atividades, do setor nos 167 municípios do Estado. (Notas Explicativas da COSERN, 2018).

3 METODOLOGIA

3.1 Enquadramento metodológico

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois procura descrever as características de empresas do setor elétrico do Nordeste, estabelecendo para isso comparações entre variáveis. Quanto aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa de natureza experimental, pois, o objeto selecionado para análise foram as Demonstrações dos Valores Adicionados de empresas selecionadas do setor elétrico com sede no Nordeste, depois da escolha do objeto, foram aplicadas técnicas de análise de demonstrações contábeis para conhecer os resultados. Quanto à abordagem do questionamento, enquadra-se como qualitativa e quantitativa o que, de acordo com o autor Richardson (1999), é caracterizada pela distribuição da quantificação tanto na coleta de dados, quanto no tratamento destes pelo meio das técnicas de estatística, desde a mais simples às mais complexas.

3.2 População e amostra

A população identificada refere-se a 57 empresas do segmento de energia elétrica listadas no sítio da empresa de mercado financeiro Brasil, Bolsa, Balcão [B]³. A amostra selecionada foi adotada de forma intencional, entre empresas do setor elétrico com sede no Nordeste e que fazem as publicações das demonstrações contábeis no sítio da [B]³. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Sendo elas as empresas Celpe, Coelba, Itapebi, Cemar, Termope, Coelce e Cosern.

3.3 Procedimentos metodológicos

Após a coleta dos dados, foram dispostos os dados em tabelas e então deu-se prosseguimento a análise, onde foram aplicadas técnicas estatísticas como média, variações, entre outros, para se conhecer os resultados desejados. Depois da aplicação de técnicas estatísticas chegou-se aos resultados das análises.

4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

Como primeira análise, considera-se a geração e distribuição do montante da riqueza de todas as empresas do setor elétrico pertinentes a pesquisa, Celpe, Coelba, Itapebi, Cemar, Termope, Coelce e Cosern. Na parte de distribuição da riqueza gerada, os itens da DVA das empresas que serão considerados serão: pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais próprios e remuneração de capitais de terceiros. O item outros será apresentado por originalmente, fazer parte das DVA das empresas listadas, mas não será efetivamente analisado, por apresentar valores irrelevantes e por não constar no rol dos itens sugeridos como principais componentes da distribuição pelo CPC 09. A análises da pesquisa, encontram-se detalhadas abaixo.

4.1 Análise comparativa da geração e distribuição da riqueza gerada pelas empresas nordestinas do setor elétrico de 2016, 2017 e 2018

Abaixo encontram-se as tabelas com o resultado, que expõem a riqueza criada pelas empresas analisadas nos três anos da pesquisa (2016, 2017, 2018), assim como os principais beneficiários e as parcelas, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais, destinadas a cada agente econômico.

4.1.1 Montante da geração do valor adicionado de todas as empresas nordestinas do setor elétrico de 2016 a 2018

Tabela 1 - Geração do valor adicionado das empresas nordestinas do setor elétrico de 2016, 2017 e 2018

EMPRESAS	2016		2017		2018		∑ (2016/2017/2018)	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Celpe	3.338.035	18,82	3.307.293	19,69	4.311.944	20,76	10.957.272	19,81
Coelba	6.223.176	35,08	5.480.622	32,63	7.548.021	36,35	19.251.819	34,81
Itapebi	472.566	2,66	318.290	1,89	335.515	1,62	1.126.371	2,04
Cemar	1.923.381	10,84	2.229.639	13,27	2.675.027	12,88	6.828.047	12,35
Termope	896.963	5,06	721.475	4,29	665.552	3,2	2.283.990	4,13
Coelce	3.197.369	18,03	3.196.752	19,03	3.310.989	15,94	9.705.110	17,55
Cosern	1.685.983	9,51	1.544.416	9,19	1.919.517	9,24	5.149.916	9,31
TOTAL	17.737.473	100	16.798.487	100	20.766.565	100	55.302.525	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 1 permite conhecer o montante das riquezas criadas nos três anos consecutivos, o que, conseqüentemente, demonstra a agregação total das empresas analisadas do setor elétrico na economia da região Nordeste de 2016 a 2018.

No ano de 2016, o montante da riqueza criada foi de R\$17.737.473, sendo a principal contribuinte para este resultado, a empresa Coelba, que foi responsável em termos relativos por 35,08 % da riqueza agregada no ano. A segunda maior contribuinte desse resultado foi a empresa Celpe, que em termos percentuais apresentou resultados de 18,82% dessa geração. A empresa que menos contribuiu em termos de geração de riqueza foi a empresa Itapebi, sendo responsável por apenas 2,66% do montante da riqueza gerada no ano de 2016.

No ano de 2017, a riqueza criada por todas as empresas apresentou o montante de R\$ 16.798.487, a principal contribuinte desse resultado também foi a empresa Coelba, com 32,63% de participação na riqueza gerada e conseqüentemente com a economia do Estado Nordestino. A segunda maior contribuinte foi a empresa Celpe, com resultado percentual de 19,69% do total da riqueza gerada. A terceira maior contribuinte foi a empresa Coelce, com 19,03% do total da riqueza criada. A menor contribuição na geração da riqueza foi o resultado da empresa Itapebi, que contribuiu somente com 1,89 % desse resultado.

O ano de 2018 apresenta o valor adicionado de R\$ 20.766.565,00 e tem como maior contribuinte, assim como nos anos anteriores, a empresa Coelba com representatividade de 36,35% na riqueza criada. Seguida pela empresa Celpe com 20,76% dessa participação. E a terceira maior contribuinte geradora de riqueza foi a empresa Coelce com 15,94%.

O montante da riqueza gerada pelo setor elétrico nos anos de 2016 a 2018 é de R\$ 55.302.525,00. Da análise, depreende-se que o ano de 2018 apresentou o melhor resultado anual na geração de riqueza com R\$ 20.766.565, em termos relativos, esse valor representa 37,55% da riqueza total criada nos anos pertinentes à pesquisa. Seguida pelo ano de 2016 com R\$ 17.737.473,00 da riqueza e 32,07% em termos percentuais. O ano de 2017, foi o ano com menor resultado de riqueza gerada por esse setor, com geração de R\$16.798.487, que representa 30,37% do valor geral da riqueza criada pelas empresas de energia elétrica dessa região. Dessa forma, comparativamente, nos anos de 2016 a 2017 a riqueza produzida pelo setor diminuiu. Porém de forma geral, comparativamente, as riquezas criadas pelas empresas elétricas aumentaram de 2017 a 2018. As empresas que mais contribuíram com o resultado dessa riqueza agregada total de R\$ 55.302.525, dos três anos consecutivos (2016,2017,2018), foram as empresas Coelba (34,81%), Celpe (19,81%) e a Coelce (17,55%). E a empresa que menos contribuiu foi a empresa Itapebi, com apenas 2,04% do valor agregado.

4.1.2 Distribuição do montante do valor adicionado de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018

A seguir o montante dos valores distribuídos por cada empresa nos três anos analisados na pesquisa:

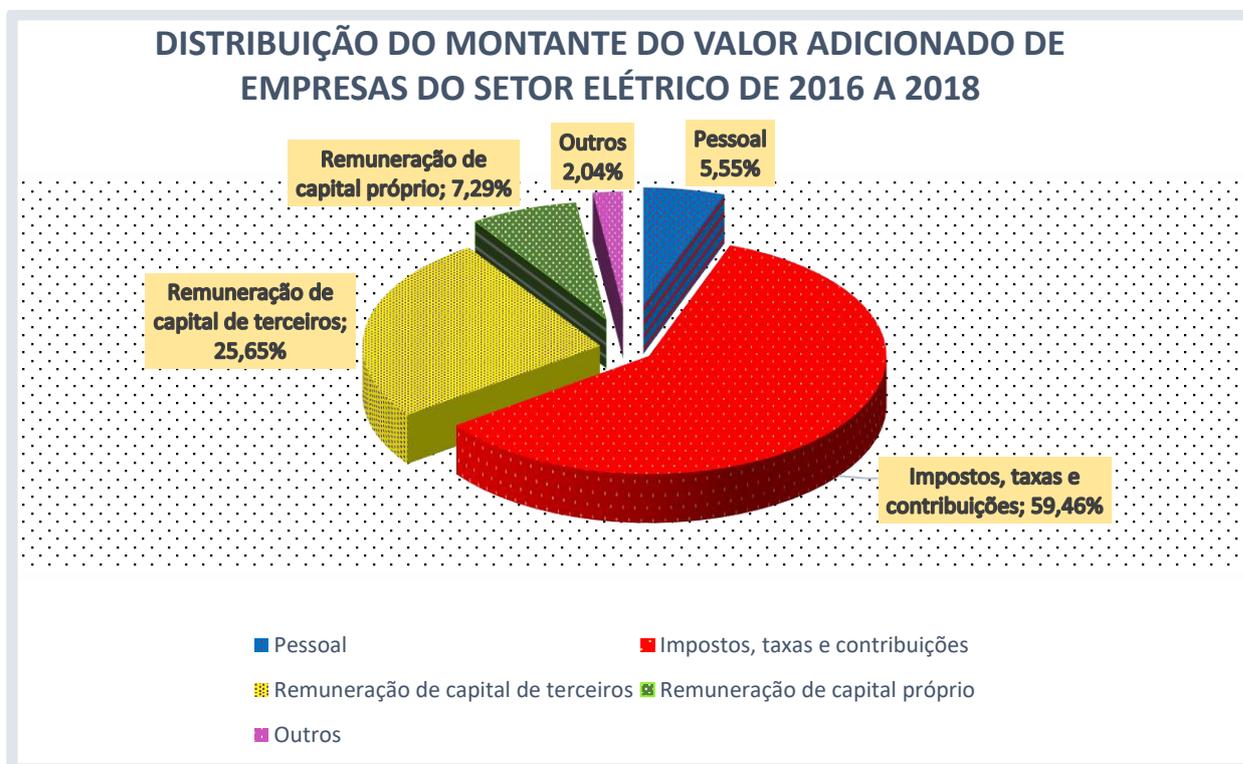
Tabela 2 - Montante dos valores adicionados totais distribuídos de 2016 a 2018

Celpe	Coelba	Itapebi	Cemar	Termope	Coelce	Cosern	Total
10.957.272	19.251.819	1.126.371	6.828.047	2.283.990	9.705.110	5.149.916	55.302.525

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando o valor exposto na Tabela 2, de R\$ 55.302.525 que é produto da distribuição dos valores adicionados por cada empresa nos três anos (2016,2017 e 2018). Dando prosseguimento, o gráfico exposto na Figura 6, evidencia de forma percentual a distribuição do montante desses valores adicionados de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018, entre os agentes econômicos, que são representados na DVA pelo grupo de pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

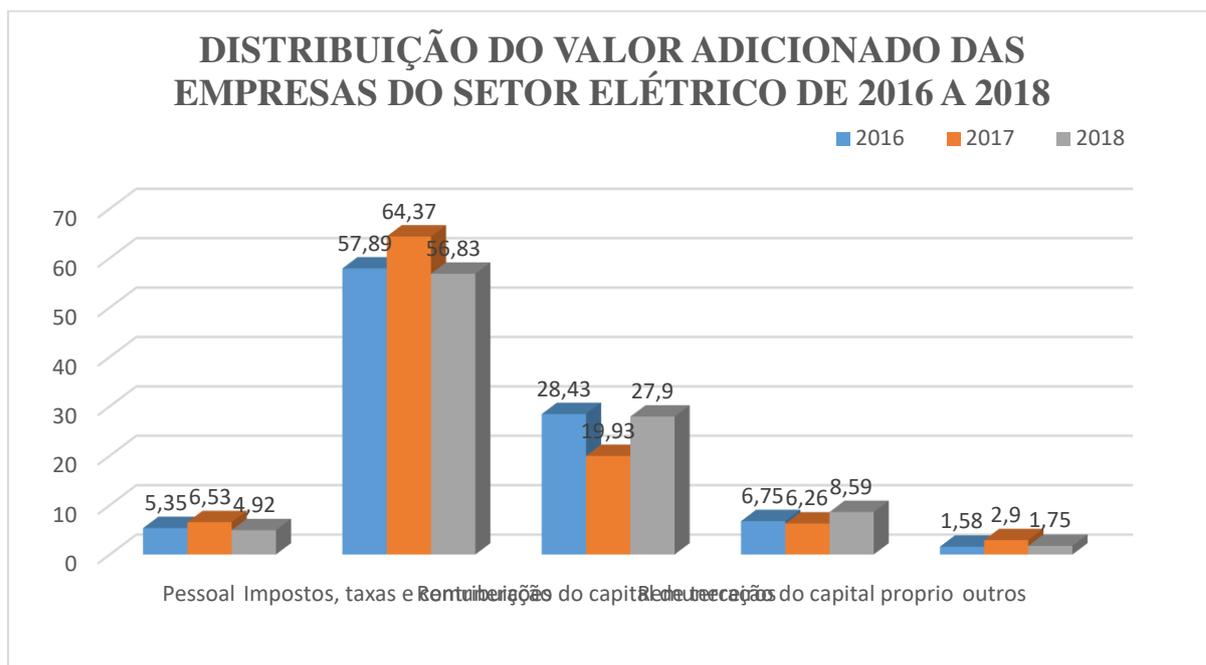
Figura 6 - Gráfico da distribuição do montante dos valores adicionados em empresas do Setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora.

Na distribuição do valor adicionado das empresas selecionadas, pode-se perceber que a maior destinação da riqueza gerada vai para o governo, na forma de tributos, com a porcentagem de 59,64%, podendo ser pagos através de impostos, taxas e contribuições. A distribuição para pessoal foi a menor parcela, com apenas 5,55% do montante do valor adicionado pelas empresas do setor elétrico pertinentes a pesquisa.

Figura 7 - Gráfico comparativo da distribuição do valor adicionado de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico demonstra que de forma bem expressiva, com 57,89% em 2016; 64,37% em 2017 e 56,83% em 2018, o governo é o maior beneficiário nos três anos consecutivos (2016, 2017, 2018) do valor agregado das empresas selecionadas do setor elétrico do Nordeste, essa destinação para os cofres públicos, através de impostos Federais, Estaduais e Municipais, evidencia que as empresas destinam mais da metade da renda gerada para a manutenção da máquina pública. A segunda maior destinação do setor elétrico vai para remunerar capital de terceiros, que apresentam os resultados de 28,43% em 2016, 19,93% em 2017 e 27,90% em 2018.

Comparando as distribuições nos três anos da pesquisa, percebe-se que em 2016 ocorreu a maior destinação da renda criada para remunerar capitais de terceiros, esse grupo é representado principalmente, por juros e aluguéis de financiadores. A maior destinação de riqueza aos cofres públicos, ocorreu no ano de 2017, essa distribuição ocorre na forma de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e no mesmo ano ocorreu a maior parcela de distribuição com a manutenção de gastos com pessoal, sendo os principais gastos com esse

setor através de remuneração direta, benefícios e FGTS. O melhor resultado para remunerar o capital próprio, dividido, principalmente, por juros sobre o capital próprio e dividendos, ocorreu no ano 2018.

4.1.3 Análise da variação do valor adicionado de cada empresa de 2016 a 2018

Na tabela abaixo, pode-se acompanhar a variação dos resultados individuais de valor adicionado de cada empresa do setor elétrico nos anos de 2016 a 2018.

Tabela 3 - Variação relativa do valor adicionado de empresas do setor elétrico do Nordeste de 2016 a 2018

Empresas	Variação relativa da riqueza gerada pelas empresas do setor elétrico -2016/2018								
	2016	2017	(%)	2017	2018	(%)	2016	2018	(%)
Celpe	3.338.035	3.307.293	- 0,92	3.307.293	4.311.944	30,38	3.338.035	4.311.944	29,18
Coelba	6.223.176	5.480.622	- 11,93	5.480.622	7.548.021	37,72	6.223.176	7.548.021	21,29
Itapebi	472.566	318.290	- 32,65	318.290	335.515	5,41	472.566	335.515	-29,00
Cemar	1.923.381	2.229.639	15,92	2.229.639	2.675.027	19,98	1.923.381	2.675.027	39,08
Termope	896.963	721.475	- 19,56	721.475	665.552	-7,75	896.963	665.552	-25,80
Coelce	3.369	3.196.752	-0,02	3.196.752	3.310.989	3,57	3.197.369	3.196.752	-0,02
Cosern	1.685.983	1.544.416	- 8,40	1.544.416	1.919.517	24,29	1.685.983	1.919.517	13,85
Total	17.737.473	16.798.487	- 57,56	16.798.487	20.766.565	113,60	17.737.473	20.766.565	52,15

Fonte: Elaborado pela autora.

No conjunto das empresas analisadas, percebe-se que a empresa que apresentou o pior desempenho na geração de riqueza de 2016 a 2017, foi a empresa do estado da Bahia Itapebi, expondo uma variação negativa de -32,65% em seu valor agregado, o que significa que a riqueza criada pela empresa diminuiu de forma brusca de um ano para o outro. No ano de 2017 a 2018 a maior variação foi da empresa Coelba, que apresentou uma variação positiva da riqueza criada de 37,72%, o que significa que o valor adicionado da empresa cresceu significativamente de 2017 a 2018. De 2016 a 2018, a maior variação foi da empresa maranhense Cemar, a empresa teve uma variação positiva de 39,08%, ou seja, o seu valor econômico em 2018 cresceu expressivamente em comparação aos anos de 2017 e 2016.

4.2 Análise da geração e distribuição do valor adicionado por empresa (análise individual de cada empresa)

Abaixo encontram-se as tabelas com o resultado, que expõem a riqueza criada e distribuída pelas empresas nos três anos da pesquisa (2016, 2017, 2018), assim como os principais beneficiários e as parcelas distribuídas a cada um, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais, destinadas a cada agente econômico e a representatividade de cada empresa no valor da riqueza total gerada e distribuída.

Tabela 4 - Riqueza gerada pela empresa Celpe (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Celpe		
Ano	R\$ Mil	%
2016	3.338.035	30,46
2017	3.307.293	30,18
2018	4.311.944	39,35
Total	10.957.272	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa Companhia Elétrica de Pernambuco (Celpe), apresentou um valor adicionado total de R\$ 10.957.272. O ano mais representativo, comparado-se aos outros anos analisados, foi o ano de 2018, que apresenta 39,35% de valor relativo, ou seja, o ano que a empresa mais contribuiu com a economia do Estado foi em 2018. E o ano de menor contribuição ocorreu no ano de 2017 com percentual de 30,18% na geração de valor agregado.

Tabela 5 - Distribuição do valor adicionado da empresa Celpe (2016 – 2018)

Ano	Pessoal	(%)	Impostos, taxas e contribuições	(%)	Capitais de terceiros	(%)	Capitais próprios	(%)	Outros	(%)	Σ
2016	215.102	30,60	2.240.799	31,47	882.467	29,76	-333	-0,20	-	-	3.338.035
2017	265.657	37,79	2.329.494	32,71	655.747	22,12	75.000	44,08	-18.605	852,27	3.307.293
2018	222.252	31,61	2.551.034	35,82	1.426.754	48,12	95.482	56,12	16.422	-752,27	4.311.944
Total	703.011	100	7.121.327	100	2.964.968	100	170.149	100	-2183	100	10.957.272

Fonte: Elaborado pela autora.

Pela análise da Tabela 5, nota-se pela visualização vertical, que comparativamente de 2016 a 2017 a única distribuição que apresentou declínio foi a destinada para remunerar capitais de terceiros. O que não se repetiu de 2017 para 2018, onde a diminuição na distribuição da empresa ocorreu, apenas, no setor de pessoal. Ao comparar o ano de 2016 e 2018, todas as contribuições aumentaram.

Tabela 6 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Celpe (2016 -2018).

Anos	% Pessoal	% Impostos, taxas e contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	% Outros	Total
2016	6,44	67,13	26,44	-0,01	–	100
2017	8,03	70,44	19,83	2,27	-0,56	100
2018	5,15	59,16	33,09	2,21	0,38	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se perceber, que a empresa CELPE, pela análise horizontal da Tabela 6, destina a maior parte das suas riquezas para o governo, através de impostos, taxas e contribuições, com 67,13% em 2016, 70,44% em 2017 e 59,16% em 2018. Sendo que, também, os valores destinados para remunerar os capitais de terceiros tem alta representatividade, com a maior distribuição no ano de 2018. O resultado da empresa mostra que o setor que menos recebe destinações é o setor de remunerações de capitais próprios nos três anos.

Tabela 7 - Riqueza Gerada pela empresa Coelba (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Coelba		
Ano	R\$ Mil	%
2016	6.223.176	32,33
2017	5.480.622	28,47
2018	7.548.021	39,21
Total	19.251.819,00	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Pela análise dos dados da Tabela 7, extraídos da DVA da empresa Coelba, nota-se a geração do valor adicionado da organização nos três anos consecutivos –2016, 2017 e 2018. Pode-se perceber que o ano de 2018, foi o ano em que a empresa mais agregou valor com 38,21%. Esse resultado pode servir de base, aos gestores que podem ter conhecimento dos fatos que mais auxiliaram a organização na geração de valor e tentar repetir ou mesmo superar os resultados alcançados.

Tabela 8- Distribuição do valor adicionado da empresa Coelba (2016 - 2018)

Anos	Pessoal	(%)	Impostos, taxas e contribuições	(%)	Capitais de terceiros	(%)	Capitais próprios	(%)	Outros	%	Σ
2016	318.991	29,78	3.103.059	30,76	2.541.449	36,22	216.574	23,94	43103	25,25	6.223.176
2017	390.850	36,49	3.279.487	32,51	1.633.241	23,28	115.290	12,75	61.754	36,18	5.480.622
2018	361.304	33,73	3.706.570	36,74	2.841.590	40,50	572.712	63,31	65.845	38,57	7.548.021
Total	1.071.145	100	10.089.116	100	7.016.280	100	904.576	100	170702	100	19.251.819

Fonte: Elaborada pela autora.

Pela análise vertical, pode-se perceber que as destinações para remunerar capital de terceiros e próprios, foram os únicos que diminuíram, comparativamente, de 2016 a 2017. De 2017 para 2018, o item pessoal foi o único que não apresentou crescimento, mas sim declínio nas distribuições recebidas. Na comparação entre 2016 e 2018, houve crescimento na distribuição para todos os beneficiários do valor adicionado da empresa Coelba. Pode-se ainda perceber que nas distribuições entre os agentes econômicos relacionados, o ano que apresentou as maiores destinações foi o ano de 2018, exceto para pessoal, principalmente na destinação para capitais próprios com um expressivo resultado de 63,31%.

Tabela 9 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Coelba (2016 a 2018)

Anos	% Pessoal	% Impostos, taxas e contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	% Outros	Total
2016	5,13	49,86	40,84	3,48	0,69	100
2017	7,13	59,84	29,80	2,10	1,13	100
2018	4,79	49,11	37,65	7,59	0,87	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A Empresa Coelba, observa-se, horizontalmente pela Tabela 9, distribuiu entre os agentes econômicos em cada ano, a maior parte do valor adicionado da empresa nos três anos 2016, 2017 e 2018, para o governo (49,86%, 59,84% e 49,11%). representado na DVA por impostos, taxas e contribuições. O ano de 2017, foi o ano de maior percentual de destinação, sendo direcionado para este segmento mais de 50%, da riqueza anual produzida. Nos anos de 2016 e 2017, a riqueza distribuída para remunerar capitais próprios representou entre os setores as menores destinações anuais.

Tabela 10 - Riqueza gerada pela empresa Itapebi (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Itapebi		
Ano	R\$ Mil	%
2016	472.566	41,95
2017	318.290	28,26
2018	335.515	29,79
Total	1.126.371,00	100

Fonte: Elaborado pela autora.

O melhor ano de geração de riqueza da empresa ocorreu no ano de 2016, onde a empresa gerou de riqueza 41,95% do montante do valor agregado. O ano de 2017 foi o ano de menor geração de riqueza, de acordo com os dados da Tabela 10. Isso significa que a partir do ano de 2016, comparativamente aos outros anos analisados, a empresa diminuiu substancialmente a riqueza gerada.

Tabela 11 - Distribuição do valor adicionado da empresa Itapebi (2016 - 2018)

Anos	Pessoal (%)	Impostos, taxas e contribuições (%)	Capitais de terceiros (%)	Capitais próprios (%)	Outros (%)	Σ					
2016	25.033	27,14	115.863	47,93	150.685	32,27	182.175	55,78	-1.190	100	472.566
2017	31.568	34,22	76.476	31,64	112.431	24,08	97.815	29,95	-	-	318.290
2018	35.641	38,64	49.403	20,44	203.871	43,66	46.600	14,27	-	-	335.515
Total	92.242	100	241.742	100	466.987	100	326.590	100	-1.190	100	1.126.371

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se perceber, que a parte destinada pela empresa para pessoal, foi a única que apresentou crescimento de 2016 a 2017. Os valores destinados para pagar tributos e para remunerar capital próprio tiveram diminuição de 2017 a 2018. Sendo que, de 2017 a 2018, o único item que apresentou a maior distribuição do valor adicionado pela empresa, foi a o valor distribuído para remunerar “capital de terceiros” passando do resultado de 24,08 % para 43,66%.

Tabela 12 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Itapebi (2016 -2018)

Anos	% Pessoal	% Impostos, taxas e contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	% Outros	Total
2016	5,30	24,52	31,89	38,55	-0,25	100
2017	9,92	24,03	35,32	30,73	-	100
2018	10,62	14,72	60,76	13,89	-	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 12, demonstra que a empresa distribuiu a maior fatia da riqueza criada para remunerar capitais próprios em 2016,2017 e 2018. A menor parcela da riqueza distribuída nos três anos, 2016, 2017 e 2018, foi destinada para pessoal, 5,30%, 9,92% e 10,62% respectivamente.

Tabela 13 - Riqueza gerada pela empresa Cemar (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Cemar		
Ano	R\$ Mil	%
2016	1.923.381	28,17
2017	2.229.639	32,65
2018	2.675.027	39,18
Total	6.828.047	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa maranhense Cemar apresentou crescimento na geração da sua riqueza de 2016 a 2018. O ano de maior expressão foi o ano de 2018 com participação de 39,18 % da riqueza gerada. O ano de menor geração foi o ano de 2016, com 28,17% de participação no valor adicionado da empresa.

Tabela 14 - Distribuição do valor adicionado da empresa Cemar (2016 - 2018)

Ano	Pessoal	(%)	Impostos, taxas e contribuições	(%)	Capitais de terceiros	(%)	Capitais próprios	(%)	Outros	Σ
2016	118.783	35,15	1.215.262	28,70	189.542	27,33	399.794	25,60	–	1.923.381
2017	112.168	33,20	1.413.251	33,37	214.603	30,94	489.617	31,35	–	2.229.639
2018	106.946	31,65	1.606.348	37,93	289.377	41,73	672.356	43,05	–	2.675.027
Total	337.897	100	4.234.861	100	693.522	100	1.561.767	100	–	6.828.047

Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se ver verticalmente pela tabela 14, que as únicas destinações que diminuíram de 2016 a 2018, foram as destinadas para o item pessoal, todas as outras destinações aumentaram de forma expressiva de 2016 a 2018. Pode-se destacar também pela análise o bom resultado nas destinações para remunerar capitais, tanto os capitais de terceiros, quanto os próprios, de 2017 a 2018.

Tabela 15 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Cemar (2016-2018)

Anos	% Pessoal	% Impostos, taxas e contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	% Outros	Total
2016	6,18	63,18	9,85	20,79	–	100
2017	5,03	63,38	9,63	21,96	–	100
2018	4,00	60,05	10,82	25,13	–	100

Fonte: Elaborado pela autora

A empresa Cemar, distribuiu seu valor adicionado de forma desigual, pois o governo recebeu mais de 60% das riquezas adicionadas pela empresa, sendo que as destinações para impostos, taxas e contribuições no nível estadual receberam a maior parcela da riqueza gerada pela empresa, conforme pode ser analisada de forma detalhada, através da DVA da empresa que consta no Apêndice D, deste trabalho. A empresa possuiu um baixo desempenho na destinação para o grupo de pessoal nos anos de 2016, 2017 e 2018, com valores distribuídos relativamente baixos de 3,99%, 5,03% e 6,17%. Outro item que teve destinações razoáveis, se comparado as destinações aos outros agentes econômicos analisados, foram as destinações para remunerar capitais próprios.

Tabela 16 - Riqueza gerada pela empresa Termope (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Termope		
Ano	R\$ Mil	%
2016	896.963	39,27
2017	721.475	31,59
2018	665.552	29,14
Total	2.283.990	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

O valor adicionado da empresa teve diminuição de 2016 a 2018, a empresa apresentou o melhor resultado de geração de riqueza no ano de 2016 com 39,27% do total agregado pela empresa. O resultado da empresa exige dos gestores que tomem rapidamente decisões a fim de possibilitar novamente o crescimento do valor agregado da empresa.

Tabela 17 - Distribuição do valor adicionado da empresa Termope (2016 - 2018)

Ano	Pessoal	(%)	Impostos, taxas e contribuições	(%)	Capitais de terceiros	(%)	Capitais próprios	(%)	Outros	(%)	Σ
2016	1.719	11,70	269.156	27,24	552.984	53,09	73.104	49,87	-	-	896.963
2017	2.189	14,90	366.557	37,10	258.844	24,85	18.989	12,96	74.896	80,59	721.475
2018	10.779	73,39	352.414	35,66	229.840	22,06	54.482	37,17	18.037	19,41	665.552
Total	14.687	100	988.127	100	1.041.668	100	146.575	100	92.933	100	2.283.990

Fonte: Elaborado pela autora.

A distribuição para pessoal e impostos, taxas e contribuições, na empresa Termope, foram as únicas destinações do valor adicionado da empresa que cresceram nos três anos consecutivos. Para remunerar capitais de terceiros, as destinações do valor adicionado diminuiram nos três anos. E para remunerar capitais próprios houve significativa diminuição na destinação da riqueza de 2016 para 2017 e aumento da distribuição para este item de 2017 a 2018.

Tabela 18 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Termope (2016 - 2018)

Ano	% Pessoal	% Impostos, Taxas e Contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	Outros	Total
2016	0,19	30,01	61,65	8,15	-	100,00
2017	0,30	50,81	35,88	2,63	10,38	100,00
2018	1,62	52,95	34,53	8,19	2,71	100,00

Fonte: Elaborado pela autora

A empresa TERMOPE, destinou mais de 50% da riqueza criada anualmente para o governo, através de impostos, taxas e contribuições, excetuando-se o ano de 2016 que apresentou a maior destinação da riqueza criada para remunerar capitais de terceiros. As piores destinações em termos gerais são os valores destinados a remunerar o agente econômico trabalho (mão-de-obra), representado na DVA por pessoal, que possui resultados baixíssimos na distribuição do valor agregado pela empresa.

Tabela 19 - Riqueza gerada pela empresa Coelce (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Coelce		
Ano	R\$ Mil	%
2016	3.197.369	32,95
2017	3.196.752	32,94
2018	3.310.989	34,12
Total	9.705.110	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme pode-se perceber pela análise da Tabela 19, o ano de maior geração de valor adicionado da empresa Coelce, foi o ano de 2018. Houve crescimento da geração da riqueza pela empresa em comparação ao ano de 2016, o que significa também maior possibilidade de contribuição com os agentes econômicos.

Tabela 20 - Distribuição do valor adicionado da empresa Coelce (2016 - 2018)

Anos	Pessoal	(%)	Impostos, taxas e contribuições	(%)	Capitais de terceiros	(%)	Capitais próprios	(%)	Outros	(%)	Σ
2016	167.426	31,17	2.396.666	32,75	240.220	36,56	155.100	40,21	237.957	29,46	3.197.369
2017	178.921	33,31	2.396.943	32,76	185.109	28,17	84.989	22,04	350.790	43,43	3.196.752
2018	190.826	35,52	2.523.939	34,49	231.704	35,27	145.602	37,75	218.918	27,11	3.310.989
Total	537.173	100	7.317.548	100	657.033	100	385.691	100	807.665	100	9.705.110

Fonte: Elaborado pela autora.

Comparativamente, de 2016 a 2017, as destinações do valor adicionado para remunerar capital (financiadores, investidores e acionistas), diminuíram. De 2017 para 2018, o crescimento para remunerar capitais de terceiros aumentou e de forma inversa, a destinação para remunerar investidores e acionistas (capitais próprios) diminuiu. Os itens, pessoal e impostos, taxas e contribuições tiveram crescimentos consecutivos (2016,2017,2018) no valor adicionado que foi recebido.

Tabela 21 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Coelce (2016 - 2018)

Anos	% Pessoal	% Impostos e Contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	% Outros	% Total
2016	5,24	74,96	7,51	4,85	7,44	100
2017	5,60	74,98	5,79	2,66	10,97	100
2018	5,76	76,23	7,00	4,40	6,61	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a análise da Tabela 21, nota-se que a empresa Coelce, destinou grandes parcelas do valor adicionado da empresa nos três anos (2016, 2017 e 2018), ao governo; foi o setor que teve as maiores destinações ultrapassando 70% do valor distribuído nos três anos, sendo que os outros setores analisados na pesquisa, não chegaram a ultrapassar 10% das destinações em cada ano, o pior resultado são as destinações do valor adicionado para remunerar capitais próprios.

Tabela 22- Riqueza gerada pela empresa Cosern (2016 - 2018)

Geração do valor adicionado da empresa Cosern		
Ano	R\$ Mil	%
2016	1.685.983	32,74
2017	1.544.416	29,99
2018	1.919.517	37,27
Total	5.149.9161	100

Fonte: Elaborado pela autora.

O ano de maior representatividade na agregação do valor adicionado foi o ano de 2018 que representou 37,27% , de toda a riqueza criada pela empresa. No ano de 2017, comparativamente com o ano de 2016, a empresa diminuiu a criação de valor adicionado, mas o crescimento foi retomado no ano seguinte (2018). O ano de maior representatividade na agregação) do valor adicionado foi o ano de 2018 que representou 37,27% , de toda a riqueza criada pela empresa

Tabela 23 - Distribuição do valor adicionado da empresa Cosern (2016 - 2018)

Anos	Pessoal	(%)	Impostos, taxas e contribuições	(%)	Capitais de terceiros	(%)	Capitais próprios	(%)	Outros	(%)	Σ
2016	101.227	32,51	927.452	32,08	486.044	36,11	171.260	31,78	-	-	1.685.983
2017	116.629	37,45	951.302	32,90	288.207	21,41	170.179	31,58	18.099	29,06	1.544.416
2018	93.545	30,04	1.012.382	35,02	571.908	42,48	197.505	36,65	44.177	70,94	1.919.517
Total	311.401	100	2.891.136	100	1.346.159	100	538.944	100	62.276	100	5.149.916

Fonte: Elaborado pela autora.

A distribuição do valor adicionado da empresa aumentou de 2016 a 2017, para os itens pessoal; e impostos, taxas e contribuições; e diminuiu nos dois anos para remunerar capitais, que são os capitais próprios e de terceiros. De 2017 para 2018, aumentou para todos os agentes econômicos, exceto para o item pessoal, da mesma forma ocorreu na comparação de 2016 para 2018.

Tabela 24 - Distribuição relativa do valor adicionado da empresa Cosern (2016 – 2018)

Anos	% Pessoal	% Impostos, taxas e contribuições	% Remuneração de capitais de terceiros	% Remuneração de capitais próprios	% Outros	Total
2016	6,00	55,01	28,83	10,16	-	100
2017	7,55	61,60	18,66	11,02	1,17	100
2018	4,87	52,74	29,79	10,29	2,30	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se observa, a partir da análise horizontal da tabela com os dados relativos da DVA da empresa Cosern, a empresa faz suas maiores destinações também para o governo, através de impostos, taxas e contribuições, nos três anos analisados a empresa ultrapassa os 50% do total das destinações para este setor. A empresa destinou a menor parcela da riqueza agregada para o item pessoal, que tem a menor parcela na distribuição da riqueza da empresa nos três anos. (2016, 2017 e 2018).

4.3 Resultados da pesquisa

Pela análise geral dos dados extraídos das DVA das empresas Celpe, Coelba, Itapebi, Cemar, Termope, Coelce e Cosern, é possível o conhecimento da riqueza criada em cada ano por todas as empresas analisadas, assim como o montante da riqueza criada e distribuída por essas empresas do setor elétrico nos três anos analisados (2016, 2017, 2018).

Percebe-se que, referente ao montante da riqueza gerada, o ano que apresentou o melhor resultado foi o ano de 2018, com um total de R\$ 20.766.565. O que significa que o ano de 2018, foi o ano que ocorreu maior geração de riqueza por essas empresas dentre os anos analisados.

No quesito de geração de riqueza das empresas elétricas da região Nordeste analisadas, as que mais se destacaram foram as empresas Coelba, Celpe e Coelce, que geraram respectivamente mais de 70% da riqueza gerada.

Referindo-se a distribuição da riqueza, o agente econômico mais beneficiado no montante da riqueza distribuída foi o governo. Assim, com o recolhimento de tributos, esse agente leva a maior fatia na distribuição da riqueza gerada pelas empresas. As cobranças de impostos, taxas e contribuições – por parte da União, Estados e Municípios - ficam com uma média 59,46% do total do valor adicionado pelas empresas. Sendo assim, essas empresas gastam maior parte do que foi gerado, para sustentar a máquina pública. O que conseqüentemente, causa desvantagens aos outros beneficiários que dividem uma pequena parcela da riqueza gerada.

Dentre os beneficiários, o agente que apresenta maior desvantagem nas destinações das riquezas produzidas, é a distribuição para pessoal, que em termos percentuais, conforme o gráfico da Figura 6 (página 43), fica com apenas 5,55% do valor adicionado criado pelas empresas da região Nordeste analisadas. Essa é uma destinação bem pequena, considerada a relevância de um dos principais fatores de produção, ou seja, o trabalho, dentro de uma organização. Sendo que a mão de obra de uma empresa é uma das principais responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso empresarial.

A nível mundial esse é um resultado bem insignificante, visto que países desenvolvidos como a Alemanha, destinam mais de 70% do valor adicionado pelas empresas, para remunerar pessoal. Com isso, podemos perceber que países em que a cultura empresarial está direcionada primeiramente para a valorização da mão de obra, apresentam, também as maiores economias mundiais.

Dos resultados obtidos pode-se concluir que é necessário haver um ajuste nas distribuições das riquezas geradas pelas empresas analisadas do setor elétrico no Nordeste, pois enquanto as destinações para o governo galgam mais da metade dos valores adicionados das empresas. Os outros agentes econômicos como pessoal tem resultados considerados relativamente baixos. Dessa forma, seria necessário que os gestores dessas empresas, ao tomarem conhecimento da situação empresarial, através da DVA. Tomassem medidas paliativas, como promover a melhoria na cultura empresarial relacionadas a valorização dos funcionários, que ajudariam a minimizar a situação apresentada, e medidas considerando a elisão fiscal, como um bom planejamento tributário para a empresa ou a escolha correta do regime tributário para a empresa, o que faria com que o resultado desigual nas destinações diminuíssem a longo prazo, e assim ocorreria um maior equilíbrio na riqueza distribuída.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a necessidade social em conhecer os resultados das empresas, assim como a necessidade dos gestores de conhecer a saúde empresarial. Destarte, a contabilidade, criou uma importante ferramenta de auxílio para sanar as necessidades existentes e não suprida pelos demonstrativos tradicionais, a Demonstração do Valor Adicionado, que foi a base para a elaboração deste trabalho.

O presente trabalho atingiu seus objetivos pois, através da pesquisa foi possível conhecer, pela análise dos dados presentes nas Demonstrações dos Valores Adicionados das empresas do setor elétrico analisadas, a parcela que foi distribuída aos 4 (quatro) agentes econômicos (empregados, governo, financiadores e sócios e acionistas), que são os beneficiários do montante da riqueza criada pelas empresas do setor elétrico do Nordeste, listadas no sistema de capitais financeiros da Brasil, Bolsa, Balcão [B]³ entre os anos de 2016 a 2018.

Sendo que através da análise, pode-se responder à questão da pesquisa – qual a participação dos empregados (pessoal), do governo (impostos, taxas e contribuições), dos agentes financiadores (capital de terceiros) e dos sócios e investidores (capital próprio), no montante da distribuição dos valores adicionados das empresas do setor elétrico nos últimos 3 anos (2016-2018)?

Destarte, com a pesquisa permitiu identificar que o montante da riqueza distribuída de R\$ 55.302.525, foi dividida dessa forma entre os agentes econômicos – a parte destinada para pessoal foi de R\$ 3.067.556,00, ou o equivalente a 5,55% em termos percentuais da riqueza distribuída; o governo, através de impostos, taxas e contribuições, ficou com R\$ 32.883.857, ou seja, o equivalente a 59,46% do valor adicionado; agentes financiadores receberam R\$ 14.186.617, ou seja 25,65% do valor agregado; e para os sócios e acionistas foram destinados R\$ 4.034.992, o que equivale a 7,29% dos valores totais. Dessa forma, com a pesquisa todos os interessados podem conhecer a forma da distribuição da riqueza gerada entre os agentes econômicos, e com isso tomarem as melhores decisões. Dessa forma, conclui-se, que a DVA é comprovadamente, uma demonstração contábil que assume papel relevante como um dos sistemas de informações contábil, tanto economicamente, socialmente e no enfoque gerencial.

Economicamente, buscou-se usar desse sistema para conhecer de que forma as empresas do setor elétrico do Nordeste contribuem economicamente e socialmente para o desenvolvimento do estado, assim como, buscou-se evidenciar a participação das empresas na região. Destarte, foi também evidenciada a relevância desse demonstrativo no cálculo do PIB,

expondo a relevância dessa demonstração torna-se de caráter obrigatório para todas as empresas.

Direcionada à questão social, a DVA, corrobora sua relevância por demonstrar como foi canalizada a riqueza gerada entre os setores sociais, e por possuir uma estrutura de forma simples e precisa de fácil entendimento pela a sociedade, o que de certa forma, pressiona as empresas a adotarem práticas empresariais mais sustentáveis. No contexto dos indicadores sociais, externos, internos e ambientais, é um enfoque que deverá se desenvolver, pois existem defensores da inclusão futuramente desses indicadores na DVA.

A relevância da DVA no enfoque gerencial, é corroborada quando os gestores tomando como base essa ferramenta, podem aplicar técnicas de análise das demonstrações contábeis nos dados apresentados neste demonstrativo e assim obter informações fidedignas que auxiliam na tomada de decisão.

Para realizar este estudo, seria imprescindível haver um maior contato com o setor contábil e o setor de recursos humanos de cada uma das empresas selecionadas na amostra, todavia, tal limitação não permitiu um maior aprofundamento na pesquisa, pois seria importante ter acesso a informações intrínsecas, às empresas. Dessa forma, foi feita apenas a pesquisa bibliográfica, que se iniciou, através de um levantamento no site de mercado financeira [B]3. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/, sem se atentar para os detalhes que só poderiam ser analisadas in loco. A ausência de trabalhos com pesquisas sobre DVA, voltadas para a região Nordeste, também foi uma limitação.

A temática não se esgota nessa pesquisa, pois, trabalhos futuros podem ser desenvolvidos nessa área, onde pode ser abordado o assunto com uma maior amostra de empresas do setor elétrico do Nordeste ou até mesmo comparando, a geração e a distribuição das riquezas das empresas deste setor da região Nordeste, ao resultado da geração e distribuição do valor adicionado das empresas elétricas de outras regiões.

Com esta pesquisa o que se pode perceber é que a DVA é de natureza relevante a todos os setores, tendo sua importância reconhecida por muitos estudiosos da área contábil e por muitos usuários, como os gestores que após conhecerem os resultados da pesquisa, poderiam promover a melhoria na cultura empresarial relacionadas a valorização dos funcionários, que ajudariam a minimizar a situação apresentada, além de realizarem medidas considerando a elisão fiscal, como um bom planejamento tributário ou a escolha correta do regime tributário para a empresa, o que faria com que o resultado desigual nas destinações diminuíssem a longo prazo, e assim ocorreria um maior equilíbrio na riqueza distribuída.

Relacionada a sua obrigatoriedade, a DVA, por ser uma demonstração contábil de tanta utilidade, quanto as outras demonstrações tradicionais existentes na contabilidade, deveria ser exigida a sua publicação a todas as empresas do país, e não somente exigidas às empresas de capital aberto, conforme alterações da Lei 11.638/2007, isso seria vantajoso para todos – sociedade, economia e governo.

REFERÊNCIAS

- ANEEL. **Saiba mais sobre o setor elétrico brasileiro**. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=14476909&_101_type=content&_101_groupId=654800&_101_urlTitle=faq&inheritRedirect=true. Acesso: em 20 nov. 2019.
- bom
- AZEVEDO, O. R. **DFC e DVA: demonstração dos fluxos de caixas e demonstração do valor adicionado**. São Paulo: IOB, 2008.
- B3. **Brasil, Bolsa, Balcão**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br. Acesso em 20 nov. 2019.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. **The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting: another view** *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 77-104, 2001.
- BERTI, Anélio. SAVI, Jurandir. **Introdução à Análise de Balanços**. São Paulo: Juruá Editora, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 20 nov. 2010.
- CCEE. **Com quem se relaciona – Instituições do setor elétrico**. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/com_quem_se_relaciona?_afzLoop=974303531614099&_adf.ctrl-state=a25sefebq_63#!%40%40%3F_afzLoop%3D974303531614099%26_adf.ctrl-state%3Da25sefebq_67. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Deliberação nº 557, de 12-11- 2008**. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.
- DOS SANTOS, L. P. G., de Lima, G. A. S. F., de Freitas, S. C., & Lima, I. S. **Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA**. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.
- FREZATTI, F. **Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial**. São Paulo: Editora Atlas 2009.
- IBASE. **Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômicas**. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt>. Acesso em: 21 novembro de 2019.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2013

KOTLER, P., ARMSTRONG, G. **Princípios do Marketing**. Tradução de Arlete Simille Marques e Sabrina Cairo. 9.ed. São Paulo. Prentice Hall, 2007.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social: teoria e prática**. São Paulo. Atlas, 2000.

MARION. José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004

MARTINS, Eliseu. **Balanco social - ideia que merece permanecer**. Gazeta Mercantil. 18 set. 1997, p. A-3.

MOURA, Geovanne Dias de; FRANZ, Leandro; CUNHA, Paulo Roberto da. **Qualidade da informação contábil em empresas familiares: Influência dos níveis diferenciados de Governança da BM&FBOVESPA, tamanho e independência do conselho de administração**. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 16, 2013, São Paulo, Anais... São Paulo: FGV, 2013.

ONS. **A Estrutura Institucional do Setor Elétrico Brasileiro -SEB**. 2010. Disponível em: www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/apresentacoes/01.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2019.

ONS. **Sistema Interligado Nacional (SIN)**. Disponível em: http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-40/topico-70/Cap4_Figuras.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís Padoveze. **Controladoria estratégica e operacional**. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Fontes renováveis de energia"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/fontes-renovaveis-energia.htm>. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

REIS, Carlos Nelson dos; Medeiros, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanco Social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem sócio econômica da contabilidade**. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ZANLUCA, Júlio César. **Demonstração do Valor Adicionado – DVA**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm/> Acesso em: 24 de outubro de 2019.

**APÊNDICE A - MÉDIA ANUAL DAS RIQUEZAS GERADAS PELAS EMPRESAS
ELÉTRICAS DO NORDESTE EM 2016, 2017, 2018**

ANO DE 2016								
Beneficiários	Celpe	Coelba	Itapebi	Cemar	Termope	Coelce	Cosern	%
Pessoal	215.102	318.991	25.033	118.783	1.719	167.426	101.227	5,35
Impostos, Taxas e Cont.	2.240.799	3.103.059	115.863	1.215.262	269.156	2.396.666	927.452	57,89
Remuneração de Capitais de Terceiros	882.467	2.541.449	150.685	189.542	552.984	240.220	486.044	28,43
Remuneração de Capitais Próprios	-333	216.574	182.175	399.794	73.104	155.100	171.260	6,75
Outros	0	43.103	-1.190	0	0	237.957	0,00	1,58
Total	3.338.035	6.223.176	472.566	1.923.381	896.963	3.197.369	1.685.983	17.737.473

Fonte: Elaborado pela autora.

ANO 2017								
Beneficiários	Celpe	Coelba	Itapebi	Cemar	Termope	Coelce	Cosern	%
Pessoal	265.657	390.850	31.568	112.168	2.189	178.921	116.629	6,54
Impostos, Taxas e Cont.	2.329.494	3.279.487	76.476	1.413.251	366.557	2.396.943	951.302	64,37
Remuneração de Capitais de Terceiros	655.747	1.633.241	112.431	214.603	258.844	185.109	288.207	19,93
Remuneração de Capitais Próprios	75.000	115.290	97.815	489.617	18.989	84.989	170.179	6,26
Outros	-18.605	61.754	-	-	74.896	350.790	18.099	2,90
Total	3.307.293	5.480.622	318.290	2.229.639	721.475	3.196.752	1.544.416	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

ANO 2018								
Beneficiários	Celpe	Coelba	Itapebi	Cemar	Termope	Coelce	Cosern	%
Pessoal	222.252	361.304	35.641	106.946	10.779	190.826	93.545	4,92
Impostos, Taxas e Cont.	2.551.034	3.706.570	49.403	1.606.348	352.414	2.523.939	1.012.382	56,83
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.426.754	2.841.590	203.871	289.377	229.840	231.704	571.908	27,91
Remuneração de Capitais Próprios	95482	572.712	46.600	672.356	54.482	145.602	197.505	8,59
Outros	16.422	65.845	-	-	18.037	218.918	44.177	1,75
Total	4.311.944	7.548.021	335.515	2.675.027	665.552	3.310.989	1.919.517	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B - DVA DA EMPRESA CELPE ANO 2018, 2017 E 2016

DVA DA CELPE			
	2018	2017	2016
Receitas	8.335.354	7.832.361	7.076.561
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	8.442.261	7.941.725	7.208.925
Outras receitas			
Resultado na alienação/ desativação de bens e direitos			
Receitas refs a construção de ativos próprios			
Provisão/reversão de créditos de liquidação	-106.907	-109.364	-132.364
Insumos adquiridos de terceiros	-4.932.078	-4.685.999	-4.202.838
Custos produtos, mercs., e servs., vendidos	-3.744.382	-3.495.419	
Materiais, energia, serviços de terceiros	-1.187.696	-1.190.580	-1.295.073
Perda/ recuperação de Valores Ativos			
Outros			-2.907.765
Matérias-primas consumidas			-5.392
Energia elétrica comprada para revenda			-2.666.200
Encargos do uso da rede básica de transmissão			-236.173
Valor adicionado bruto	3.403.276	3.146.362	2.873.723
Retenções	-235.684	-209.805	-185.184
Depreciação, amortização e exaustão	-235.684	-209.805	-185.184
outras			
Valor adicionado líquido produzido	3.167.592	2.936.557	2.688.539
Valor adicionado recebido em transferência	1.144.352	370.736	649.496
Resultado de equivalência patrimonial			
Receitas financeiras	1.144.352	370.736	649.496
Outros			
Valor adicionado total a distribuir	4.311.944	3.307.293	3.338.035
Distribuição do valor adicionado	4.311.944	3.307.293	3.338.035
Pessoal	222.252	265.657	215.102
Remuneração direta	105.603	160.130	148.810
Benefícios	86.596	73.903	76.182
F.G.T.S			26.044
Outros	30.053	31.624	-35.934
Benefício pós-emprego	0	0	-15.334
Encargos sociais (exceto INSS)	23.364	27.810	0
Despesas com desligamento	21.529	6.208	5.714
Provisão para férias e 13º salário	29.551	23.303	0
Indenizações trabalhistas	0	0	0
Administradores	2.647	6.400	0
Encerramento de ordem em curso	529	415	1.061
(-) Transferências para ordens	-50.285	-35.365	-30.104
Custos imobilizados / intangíveis			
Outros	2.718	2.853	2.729
Impostos, taxas e contribuições	2.551.034	2.329.494	2.240.799
Federais	925.618	869.472	856.440
Estaduais	1.619.054	1.454.106	1.379.700
Municipais	6.362	5.916	4.659
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.426.754	655.747	882.467
Juros	1.423.778	652.329	879.143
Aluguéis	2.976	3.418	3.324
Outras			
Remuneração de capitais próprios	95.482	75.000	-333
Juros sobre o capital próprio	50.206	75.000	0
Dividendos	45.276	0	8
Lucros retidos/ prejuízo do período	0	0	-341
Outros	16.422	-18.605	0
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	315	-161	0
Reserva legal	0	0	0
Reserva de retenção de lucro	0	0	0
Reserva de lucros não realizados	0	0	0
Absorção de prejuízo acumulado	0	-18.444	0
Adoção inicial CPC 48	16.107	0	0
Participação dos não controladores	0	0	0

APÊNDICE C - DVA DA EMPRESA COELBA ANO 2018, 2017 E 2016

DVA ANALISADA DA COELBA			
	2018	2017	2016
Receitas	13.176.710	11.690.786	10.400.769
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	13.262.792	11.764.954	10.493.019
Outras receitas	0	0	0
Receitas refs a construção de ativos próprios	0	0	0
Provisão/reversão de créditos de liquidação de	-86.082	-74.168	-92.250
Insumos adquiridos de terceiros	-7.653.435	-6.967.024	-5.901.411
Custos produç., mercs., e servs., vendidos	-5.184.710	-4.665.531	-4.015.013
Materiais, energia, servs de terceiros e outros	-2.468.725	-2.301.493	-1.886.398
Perda/ recuperação de Valores Ativos	0	0	0
Outros	0	0	0
Valor adicionado bruto	5.523.275	4.723.762	4.499.358
Retenções	-434.898	-399.203	-351.212
Depreciação, amortização, exaustão	-434.898	-399.203	-351.212
Outras			
Valor adicionado líquido produzido	5.088.377	4.324.559	4.148.146
Valor adicionado recebido em transferência	2.459.644	1.156.063	2.075.030
Resultado de equivalência patrimonial			
Receitas financeiras	2.459.644	1.156.063	2.075.030
Outros			
Valor adicionado total a distribuir	7.548.021	5.480.622	6.223.176
Distribuição do valor adicionado	7.548.021	5.480.622	6.223.176
Pessoal	361.304	390.850	318.991
Remuneração direta	192.871	205.634	181.395
Benefícios	130.713	133.229	0
F.G.T.S			
Outros	37.720	51.987	137.596
Encargos sociais (exceto INSS)	34.519	41.035	40.222
Despesas com desligamenro	25.340	8.955	12.401
Provisão para férias e 13º salário	49.255	48.435	42.398
Indenizações trabalhistas	0	0	0
Administradores	3.110	8.842	7.100
Encerramento de ordem em curso	1.493	1.608	2.324
(-) Transferências para ordens	-79.141	-60.902	-56.446
Custos imobilizados / intangíveis			
Outros	3.144	4.014	3.753
Benefícios pós emprego	0	0	-42.130
Auxílio alimentação	0	0	24.380
Previdência privada e outros benefícios	0	0	26.771
Plano de saúde	0	0	54.025
Participação resultado	0	0	22.798
Impostos, taxas e contribuições	3.706.570	3.279.487	3.103.059
Federais	1.445.740	1.328.933	1.250.026
Estaduais	2.245.524	1.935.671	1.853.033
Municipais	15.306	14.883	0
Remuneração de capitais de terceiros	2.841.590	1.633.241	2.541.449
Juros	2.834.065	1.626.214	2.533.207
Aluguéis	7.525	7.035	8.242
Outras	0	0	0
Remuneração de capitais próprios	572.712	115.290	216.574
Juros sobre o capital próprio	306.232	115.290	216.574
Dividendos	266.480	0	0
Lucros retidos/ prejuízo do período	0	0	0
Outros	65.845	61.754	43.103
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	38.328	0	6.252
Reserva legal	31.928	0	0
Reserva de retenção de lucro	0	61.754	20.200
Reserva de lucros não realizados	0	0	0
Absorção de prejuízo acumulado	0	0	0
Adoção inicial CPC 48	-4.411	0	0
Participação dos não controladores	0	0	0
Dividendos distribuídos	0	0	16.651

APÊNDICE D - DVA DA EMPRESA ITAPEBI ANO 2018, 2017 E 2016

DVA da ITAPEBI			
	2018	2017	2016
Receitas	361.774	421.578	437.515
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	361.290	421.487	437.637
Outras receitas	484	91	-122
Resultado na alienação/ desativação de ativos	484	91	-122
Receitas refs a construção de ativos próprios			
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa			
Insumos adquiridos de terceiros	-191.759	-182.946	-77.041
Custos producs., mercs., e servs., vend	-150.743	-159.439	-51.889
Materiais, energia, serviços de terceiros	-41.016	-23.507	-25.152
Perda/ recuperação de Valores Ativos			
Outros			
Valor adicionado bruto	170.015	238.632	360.474
Retenções	-18.642	-17.292	-17.295
Depreciação, amortização e exaustão	-18.642	-17.292	-17.295
outras	0		
Valor adicionado líquido produzido	151.373	221.340	343.179
Valor adicionado recebido em transfer	184.142	96.950	129.387
Resultado de equivalência patrimonial			
Receitas financeiras	184.142	96.950	129.387
Outros			
Valor adicionado total a distribuir	335.515	318.290	472.566
Distribuição do valor adicionado	335.515	318.290	472.566
Pessoal	35.641	31.568	25.033
Remuneração direta	29.275	24.485	19.731
Benefícios	4.920	3.270	2.894
F.G.T.S	1.375	1.200	1.079
Outros	71	2.613	1.329
Impostos, taxas e contribuições	49.403	76.476	115.863
Federais	49.403	76.476	115.863
Estaduais			
Municipais			
Remuneração de Capitais de Terceiros	203.871	112.431	150.685
Juros	202.531	111.102	149.356
Aluguéis	1.340	1.329	1.329
Outras			
Remuneração de capitais próprios	46.600	97.815	182.175
Juros sobre o capital próprio	19.000	20.003	18.622
Dividendos	27.600	77.812	163.553
Lucros retidos/ prejuízo do período	0	0	0
Outros	0	0	-1.190
Reserva de retenção de lucros	0	0	-1.190

APÊNDICE E - DVA DA EMPRESA CEMAR ANO 2018, 2017 E 2016

DVA DA EMPRESA CEMAR			
	2018	2017	2016
Receitas	5.132.903	4.542.453	4.114.936
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.270.892	4.682.145	4.255.536
Outras receitas	-65.699	-87.920	-78.388
Outras despesas (receitas) operacionais	-9.993	-14.109	-19.460
Outras despesas (receitas) operacionais não recorrentes	-19.279	-44.331	-41.193
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	-36.427	-29.480	-17.735
Receitas refs a construção de ativos próprios			
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa	-72.290	-51.772	-62.212
Insumos adquiridos de terceiros	-2.602.220	-2.330.701	-2.205.686
Custos producs., mercs., e servs., vendidos	-2.278.043	-2.044.793	-1.911.675
Materiais, energia, servs de terceiros e outros	-324.177	-285.908	-294.011
Perda/ recuperação de Valores Ativos			
Outros			
Valor adicionado bruto	2.530.683	2.211.752	1.909.250
Retenções	-171.689	-168.564	-143.629
Depreciação, amortização, exaustão	-171.689	-168.564	-143.629
Outras			
Valor adicionado líquido produzido	2.358.994	2.043.188	1.765.621
Vlr adicionado recebido em transferência	316.033	186.451	157.760
Resultado de equivalência patrimonial			
Receitas financeiras	316.033	231.946	252.603
Outros	0	-45.495	-94.843
Atualização do ativo financeiro			
Outras	0	-45.495	-94.843
Valor adicionado total a distribuir	2.675.027	2.229.639	1.923.381
Distribuição do valor adicionado	2.675.027	2.229.639	1.923.381
Pessoal	106.946	112.168	118.783
Remuneração direta	91.786	92.421	101.779
Benefícios	30.379	26.571	25.146
F.G.T.S	7.438	8.014	8.555
Outros	-22.657	-14.838	-16.697
Impostos, taxas e contribuições	1.606.348	1.413.251	1.215.262
Federais	764.063	693.292	651.711
Estaduais	839.533	718.405	562.383
Municipais	2.752	1.554	1.168
Remuneração de capitais de terceiros	289.377	214.603	189.542
Juros	220.184	196.645	173.624
Aluguéis	4.156	3.182	3.351
Outras	65.037	14.776	12.567
Remuneração de capitais próprios	672.356	489.617	399.794
Juros sobre o capital próprio			
Dividendos	126.594	92.095	76.024
Lucros retidos/ prejuízo do período	545.762	397.522	323.770
Outros			

APÊNDICE F - DVA DA EMPRESA TERMOPE ANO 2018, 2017 E 2016

DVA DA TERMOPE			
	2018	2017	2016
Receitas	1.355.288	1.496.870	1.246.324
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.355.288	1.496.870	1.246.324
Outras receitas			0
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos			0
Receitas refs a construção de ativos próprios			
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa			
Insumos adquiridos de terceiros	-721.474	-836.270	-694.532
Custos produtos, mercs., e servs., vendidos	-230.264	-329.068	-145.370
Materiais, energia, servs de terceiros e outros	-491.210	-507.202	-549.162
Perda/ recuperação de Valores Ativos			
Outros			
Valor adicionado bruto	633.814	660.600	551.792
Retenções	-76.649	-76.702	-76.794
Depreciação, amortização, exaustão	-76.649	-76.702	-76.794
Outras			
Valor adicionado líquido produzido	557.165	583.898	474.998
Vlr adicionado recebido em transferência	108.387	137.577	421.965
Resultado de equivalência patrimonial	27.028	56.732	104.973
Receitas financeiras	81.359	80.845	316.992
Outros			
Valor adicionado total a distribuir	665.552	721.475	896.963
Distribuição do valor adicionado	665.552	721.475	896.963
Pessoal	10.779	2.189	1.719
Remuneração direta	7.996	1.705	1.530
Benefícios	1.749	397	71
F.G.T.S	549	67	51
Outros	485	20	67
Impostos, taxas e contribuições	352.414	366.557	269.156
Federais	89.439	104.081	269.156
Estaduais	262.975	262.476	
Municipais			
Remuneração de capitais de terceiros	229.840	258.844	552.984
Juros	221.472	253.587	549.841
Aluguéis	8.368	5.257	3.143
Outras			
Remuneração de capitais próprios	54.482	18.989	73.104
Juros sobre o capital próprio	18.000	0	
Dividendos	36.482	18.989	
Lucros retidos/ prejuízo do período			73.104
Outros	18.037	74.896	0
Reserva de incentivo fiscal	14.411	70.202	
Lucros retido/ reserva legal	3.626	4.694	

APÊNDICE G - DVA DA EMPRESA COELCE ANO 2018, 2017 E 2016

DVA DA COELCE			
	2018	2017	2016
Receitas	7.559.595	6.919.526	6.350.789
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.624.353	6.165.066	5.874.929
Outras receitas	98.701	93.621	82.668
Provisão para redução de recuperabilidade			
Provisão para perdas de estoques			
Outras receitas	98.701	93.621	82.668
Receitas refs à construção de ativos próprios	885.970	693.883	506.523
Provisão/ reversão de crêds. Liquidação duvidosa	-49.429	-33.044	-113.331
Insumos adquiridos de terceiros	-4.196.478	-3.641.447	-3.150.869
Custos prods, Mercs e servs vendidos			
Materiais, energia, servs de terceiros e outros	-3.239.710	-2.873.173	-2.539.442
Perda/ recuperação de valores ativos			
outros	-956.768	-768.274	-611.427
Custo de construção	-885.970	-693.883	-506.523
Outras despesas operacionais	-70.798	-74.391	-104.904
Valor adicionado bruto	3.363.117	3.278.079	3.199.920
Retenções	-205.029	-174.375	-156.750
Depreciação, amortização e exaustão	-205.029	-174.375	-156.750
Outras			
Valor adicionado líquido produzido	3.158.088	3.103.704	3.043.170
Vlr adicionado recebido em transferência	152.901	93.048	154.199
Resultado de equivalência patrimonial			
Receitas financeiras	152.901	93.048	154.199
Outros			
Valor adicionado total a distribuir	3.310.989	3.196.752	3.197.369
Distribuição do valor adicionado	3.310.989	3.196.752	3.197.369
Pessoal	190.826	178.921	167.426
Remuneração direta	123.675	113.133	107.050
Benefícios	27.610	26.170	25.131
F.G.T.S	5.196	5.198	4.851
Outros	34.345	34.420	30.394
Outros encargos sociais	8.069	8.491	7.597
Previdência complementar	8.893	9.859	8.596
Participação nos resultados	17.383	16.070	14.201
Impostos, taxas e contribuições	2.523.939	2.396.943	2.396.666
Federais	1.138.649	1.080.135	1.074.737
Estaduais	1.382.430	1.314.450	1.320.695
Municipais	2.860	2.358	1.234
Remuneração de capitais de terceiros	231.704	185.109	240.220
Juros	110.112	104.008	162.285
Aluguéis	15.260	65.008	13.020
Outras	106.332	16.093	64.915
Outras despesas financeiras	106.332	16.093	64.915
Remuneração de capitais próprios	145.602	84.989	155.100
Juros sobre o capital próprio			
Dividendos	145.602	84.989	155.100
Lucros retidos/prejuízo do período			
Outros	218.918	350.790	237.957
Reserva de incentivo fiscal- SUDENE	73.348	95.878	83.012
Reserva de reforço de capital de giro	134.343	250.056	149.391
Reserva de lucro a realizar			
Perda atuarial	11.227	4.856	5.554

APÊNDICE H - DVA DA EMPRESA COSERN ANO 2018, 2017 E 2016

DVA ANALISADA DA COSERN			
	2018	2017	2016
Receitas	3.465.143	3.175.871	2.775.638
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.477.514	3.176.583	2.787.437
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00
Resultado na alienação/desativação bens e direitos	0,00	0,00	0,00
Receitas refs à Construção de Ativos Próprios	0,00	0,00	0,00
Provisão/ Reversão de créds. Liquidação duvidosa	-12.371	-712	-11.799
Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.947.606	-1.783.240	-1.451.128
Custos prods. , Mercs. e Serv. Vendidos	-1.430.065	-1.351.788	-1.079.763
Materiais, Energia, Servs. De Terceiros e Outros	-517.541	-431.452	-371.365
Perda/recuperação de valores ativos	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Valor Adicionado Bruto	1.517.537	1.392.631	1.324.510
Retenções	-82.976	-75.091	-64.360
Depreciação, amortização, exaustão	-82.976	-75.091	-64.360
Outras	0,00	0,00	0,00
Valor adicionado líquido produzido	1.434.561	1.317.540	1.260.150
Valor adicionado recebido em transferência	484.956	226.876	425.833
Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas financeiras	484.956	226.876	425.833
Outros	0,00	0,00	0,00
Valor adicionado total a distribuir	1.919.517	1.544.416	1.685.983
Distribuição do valor adicionado	1.919.518	1.544.417	1.685.983
Pessoal	93.545	116.629	101.227
Remuneração direta	47.822	63.336	52.908
Benefícios	32.893	29.550	30.995
F.G.T.S	0,00	0,00	12387
Outros	12.830	23.743	4.937
Encargos sociais (exceto INSS)	9.683	12.921	0,00
Despesas com desligamento	6.103	2.737	0,00
Provisão para férias e 13º salário	11.139	14.663	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00
Administradores	1.943	3.982	0,00
Encerramento de ordem em curso	20	32	0,00
(-) Transferências para ordens	-17.693	-12.725	0,00
Custos imobilizados / intangíveis	0,00	0,00	0,00
Outros	1.635	2.133,00	0,00
Impostos, taxas e contribuições	1.012.382	951.302	927.452
Federais	415.270	416.619	410.623
Estaduais	593.859	532.529	514.910
Municipais	3.253	2.154	1.919
Remuneração de capitais de terceiros	571.908	288.207	486.044
Juros	570.794	287.200	484.898
Aluguéis	1.114	1.007	1.146
Outras	0,00	0,00	0,00
Remuneração de capitais próprios	197.505	170.179	171.260
Juros sobre o capital próprio	53.727	55.364	57.197
Dividendos	143.778	114.815	97.362
Lucros retidos/ prejuízo do período	0,00	0,00	16.701
Outros	44.177	18.099	0,00
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	31.161	18.099	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00
Reserva de retenção de lucro	0,00	0,00	0,00
Reserva de lucros não realizados	0,00	0,00	0,00
Absorção de prejuízo acumulado	0,00	0,00	0,00
Adoção inicial CPC 48	13.016	0,00	0,00
Participação dos não controladores	0,00	0,00	0,00

APÊNDICE I – MODELO DE DVA PARA INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Modelo II - Demonstração do Valor Adicionado - Instituições Financeiras Bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		